# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

SF 6260 - SEQ. 3668 -

| DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD Nª 34<br>AUTORIZAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRAS | |
|---|---|
| **Órgão** | 12.001 |
| **Área solicitante** | Secretaria Municipal de Segurança Pública |
| **Resp. pela elaboração** | Raquel de Souza Oliveira |

**DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, mediante aquisição de mobiliário, compreendendo armários individuais para vestiário e c, bancadas, armários e bancos para utilização no refeitório e vestiário.

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente demanda decorre da necessidade de estruturar adequadamente os vestiários e o refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, proporcionando condições apropriadas para utilização pelos servidores e demais usuários das instalações.

Os vestiários necessitam de armários individuais para possibilitar a guarda organizada e segura de uniformes, equipamentos e pertences pessoais, considerando a rotina funcional dos servidores e a necessidade de organização e preservação dos bens durante sua permanência no local. Bem como bancos para maior comodidade e organização. Da mesma forma, o refeitório necessita de mobiliário adequado para acomodação dos servidores durante as refeições, de forma a garantir o aproveitamento funcional do espaço, condições adequadas de higiene, organização e conforto.

A disponibilização desses mobiliários é necessária para possibilitar o pleno funcionamento dos ambientes do novo prédio, evitando a utilização de soluções improvisadas ou inadequadas e contribuindo para a conservação das instalações e para melhores condições de trabalho e utilização pelos servidores. A necessidade está relacionada à estruturação física da Secretaria Municipal de Segurança Pública e deverá ser atendida mediante solução que observe requisitos de qualidade, resistência, durabilidade, segurança, funcionalidade e facilidade de manutenção, buscando adequada relação entre custo e benefício para a Administração Pública.

**GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO**

| | | |
|---|---|---|
| ( ) Baixa | ( ) Média | ( x ) Alta |

**CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

| | | |
|---|---|---|
| ~~Material de consumo~~ | Serviços – pessoa jurídica | ~~Obras e/ou serviços de engenharia~~ |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

| Material permanente | ~~Serviços – pessoa física~~ | ~~Outros~~ |
|---|---|---|

**DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO**

| Item | Unid. | Qtd. | Descrição detalhada do item |
|---|---|---|---|
| 01 | UND | 175 | Armário para vestiário, MDF, com dimensões aproximadas de 0,60 **X** 0,40 **X** 0,40 m, podendo ser disposto em módulos verticais ou horizontal conforme o espaço disponível. Possuir portas individuais, prateleiras internas, fechadura individual com chave, dobradiças metálicas e acabamento resistente. Fundo em MDF, pés ou base com proteção contra umidade e facilidade de limpeza. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. |
| 02 | UND | 04 | Armários para cozinha, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1.20, profundidade mínima 30cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação |
| 03 | UND | UND | Bancada para cozinha, 14,00 metros lineares, fornecida em módulos, podendo ser composta por unidades de diferentes comprimentos disponíveis no mercado, desde que o conjunto totalize, no mínimo, 14,00 metros lineares e atenda às especificações técnicas estabelecidas, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo, com bordas devidamente acabadas. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Dimensões com profundidade aproximada de 40 cm e altura aproximada de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação |
| 04 | UND | UND | Banco para vestiário, dimensões mínimas 1,50x40cmx 30, madeira de lei/ou nobre, espécies de maior densidade, durabilidade, estabilidade. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação |

**FORNECIMENTO DE MATERIAL**

| | |
|---|---|
| ( ) Consumo | ( x ) Permanente |
| ( x ) Parcela única<br>( ) Semanal | ( ) Quinzenal<br>( ) Mensal |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

| | |
|---|---|
| **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** | |
| ( x ) Não Continuado | ( ) Continuado |
| ( ) Parcela única<br>( )Semanal | ( ) Mensal/Medição<br>( ) Outro: |
| **REGIME DE EXECUÇÃO** | |
| ( ) Empreitada por preço unitário ( ) Empreitada por preço global<br>( ) Empreitada integral<br>( ) Fornecimento e prestação de serviçoassociado | ( ) Contratação por tarefa<br>( ) Contratação integrada<br>( ) Contratação semi-integrada |

**EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO**

( ) Sim.

**( x )** Não. Não será exigida a apresentação de amostras ou protótipos durante a fase de julgamento das propostas, considerando que as características técnicas do objeto poderão ser verificadas por meio da documentação técnica, catálogos, manuais, certificados, declarações do fabricante e demais documentos comprobatórios apresentados pela licitante.

A conformidade do objeto será aferida no momento do recebimento, mediante conferência das especificações técnicas, realização de testes operacionais e verificação do pleno funcionamento de todos os equipamentos, acessórios e funcionalidades previstas no Termo de Referência, podendo a Administração rejeitar o objeto caso não atenda às exigências estabelecidas.

**HABILITAÇÃO ESPECÍFICA**

Não serão exigidos requisitos específicos de habilitação técnica além daqueles previstos na Lei nº 14.133/2021. A licitante deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira exigida no Edital, bem como comprovar que os equipamentos ofertados atendem às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG atesta que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº , **representada por seu responsável técnico** _____, portador do CPF nº _____, Registro Profissional nº _____, realizou visita técnica aos locais de execução dos serviços objeto do Edital nº _____/2026, tomando conhecimento das características, condições operacionais, infraestrutura existente e demais informações necessárias à elaboração de sua proposta.

A visita técnica foi realizada na data de //2026, sendo acompanhada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Mariana, xx de xxx, de 2026

(Nome do empregado)

**RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA**

**( ) Não.**

**(x) Sim.** A futura contratada será responsável pelo fornecimento integral dos mobiliários objeto da contratação, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas nos documentos da contratação. Compete à contratada:

A. fornecer mobiliários novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e utilização, confeccionados com materiais e componentes compatíveis com as especificações estabelecidas;
B. fornecer os armários individuais, bancadas e bancos nas quantidades e características definidas pela Administração;
C. entregar os bens dentro do prazo estabelecido, no local indicado pela Administração, devidamente acondicionados e protegidos contra danos durante o transporte e manuseio;
D. responsabilizar-se pela carga, transporte e descarga dos mobiliários até o local de entrega;
E. realizar, quando necessário, a montagem dos mobiliários, utilizando mão de obra, ferramentas e materiais próprios, sem custo adicional para a Administração;
F. disponibilizar, quando aplicável, manuais, instruções de montagem, utilização e conservação dos produtos;
G. assegurar que os mobiliários apresentem qualidade, resistência, estabilidade, acabamento e dimensões compatíveis com as especificações estabelecidas;
H. substituir, às suas expensas, os itens que forem entregues com defeitos, avarias, vícios de fabricação, divergências de quantidade ou em desacordo com as especificações contratadas;
I. prestar garantia contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade, observando o prazo estabelecido na contratação e as garantias previstas na legislação aplicável;
J. reparar ou substituir, durante o período de garantia, os componentes ou mobiliários que apresentarem defeitos não decorrentes de uso inadequado, sem qualquer ônus para a Administração;
K. responsabilizar-se pelos danos eventualmente causados aos ambientes, pisos, paredes, revestimentos ou demais instalações do prédio durante o transporte, descarga ou montagem dos mobiliários, quando decorrentes de sua atuação;
L. manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
M. responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação aplicável.

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando os princípios da boa-fé, eficiência, qualidade, economicidade e adequada execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, situada na Rua Argos, nº 110, Bairro Cruzeiro do Sul, Mariana/MG, CEP 35424-056, ou em outro local previamente indicado pela Administração, em dias úteis e durante o horário de expediente, mediante agendamento prévio com o servidor responsável pelo recebimento.

O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

**a) Recebimento Provisório:** será realizado no ato da entrega, mediante conferência da quantidade, integridade dos movéis, e verificação preliminar dos itens fornecidos.

**b) Recebimento Definitivo:** ocorrerá após a conferência detalhada das especificações técnicas, análise da documentação pertinente, realização dos testes de funcionamento e verificação dos demais componentes previstos no Termo de Referência.

Serão considerados critérios para aceitação do objeto:

- conformidade integral com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- entrega de todos os moveis e demais itens que compõem a solução contratada;
- apresentação dos manuais técnicos, certificados, documentos de garantia, licenças e demais documentos exigidos;
- aprovação nos testes de funcionamento e operacionalidade realizados pela Administração;
- inexistência de defeitos, avarias ou qualquer desconformidade que comprometa a utilização do objeto.

Constatada qualquer irregularidade, defeito ou desconformidade, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto, determinando sua substituição, reparação ou complementação, sem qualquer ônus para o Município, observado o prazo estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

## DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

| | |
|---|---|
| 1 – Mirian Terezinha Gomes | 2- Inspetora de serviços administrativos |
| **3-** Telefone (31) 988554305 | 4 – Email defesa.social@mariana.mg.gov.br |

**DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

( x ) Embora a presente contratação não possua elevado grau de complexidade, a Administração optou pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como instrumento de planejamento, em observância às boas práticas de governança nas contratações públicas. A elaboração do ETP possibilitou a adequada identificação da necessidade administrativa, a análise das soluções disponíveis no mercado, a avaliação da viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, bem como a definição dos requisitos essenciais do objeto, proporcionando maior segurança jurídica e eficiência ao processo de contratação..

( ) Devido a alta complexidade do objeto será necessária a elaboração do Estudo preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação.

( ) Devido à existência de Estudo Técnico Preliminar e de gerenciamento de riscos de contratação anterior, serão utilizados o ETP e GR do Processo Licitatório nº ...../.....

**CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

Dotação Orçamentaria: 870 - 4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.710.502.3210 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS - SIGCOM 4281/2026 - MOBÍLIA SEGUPB

| | |
|---|---|
| ( ) Recurso próprio | ( x ) Recurso Vinculado |

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Considerando que o Documento de Formalização da Demanda (DFD) constitui a etapa inicial do planejamento da contratação, voltada ao levantamento da necessidade administrativa, informa-se que, neste momento, não há estimativa de valor consolidada para o objeto pretendido. Ressalta-se que a apuração detalhada dos custos será realizada em fase posterior, por meio da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), ocasião em que serão analisadas as possíveis soluções disponíveis no mercado, bem como levantados valores de referência preliminares. A estimativa final e formal do valor da contratação será devidamente consolidada no Termo de Referência (TR), com base em pesquisa de preços, observando os parâmetros legais e normativos aplicáveis, garantindo a adequada instrução do processo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSAVEL PELO DFD DA AREA REQUISITANTE**

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana, 18 de agosto de 2026.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Raquel de Souza Oliveira
Matricula 13900- CPF 07679944695

**RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro queas despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e coma própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620

Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.09.13 18:57:04 -03'00'

Mariana, 18 agosto de 2026.

Ramon Leonardo Magalhães
Secretário de Segurança Pública
Ordenador de Despesa

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

| ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 34 | |
|---|---|
| **Área solicitante** | Secretaria Municipal de Segurança Pública |
| **Resp. pela elaboração** | Raquel de Souza Oliveira |
| **Objeto** | Estudo para definição da solução destinada a suprir a necessidade de mobiliário para estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, contemplando a necessidade de armários individuais para guarda de pertences e de mesas e assentos adequados para utilização do espaço destinado às refeições |

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG encontra-se diante da necessidade de estruturar adequadamente os ambientes destinados aos vestiários e ao refeitório do novo prédio da Secretaria, de modo a assegurar condições apropriadas para sua utilização pelos servidores e demais usuários. Os vestiários necessitam de solução adequada para a guarda individualizada, organizada e segura de uniformes, equipamentos e pertences pessoais, considerando a rotina funcional dos servidores e a necessidade de preservação dos bens pessoais durante o período de permanência no local. A ausência de mobiliário adequado pode ocasionar desorganização dos pertences, utilização inadequada dos espaços e dificuldades na manutenção da higiene e organização do ambiente.

Da mesma forma, o espaço destinado ao refeitório necessita de mobiliário compatível com sua finalidade, proporcionando condições adequadas para acomodação dos usuários durante as refeições. A disponibilização de bancadas e armários contribui para o aproveitamento funcional do ambiente, a organização do espaço e a melhoria das condições de utilização das instalações. A necessidade identificada decorre, portanto, da implantação e estruturação dos ambientes do novo prédio, que deverão estar devidamente equipados para possibilitar seu pleno funcionamento. A solução a ser definida deverá considerar as características físicas dos espaços disponíveis, a quantidade de usuários, a frequência de utilização e a necessidade de mobiliário com resistência, durabilidade, segurança, facilidade de limpeza e manutenção.

Nesse contexto, faz-se necessária a realização do presente estudo para identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda, considerando as alternativas disponíveis no mercado, os requisitos necessários, os quantitativos estimados, a viabilidade técnica e econômica e os custos

envolvidos ao longo da vida útil dos bens, de forma a subsidiar a decisão da Administração quanto à melhor forma de atendimento da necessidade pública.

## 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora o Município de Mariana ainda não possua regulamentação específica do Plano Anual de Contratações, a necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar está contemplada na Lei Orçamentária Anual, conforme Dotação Orçamentaria: 870 - 4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.710.502.3210 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS - SIGCOM 4281/2026 - MOBÍLIA SEGUPB.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução a ser definida deverá atender às necessidades de estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, observando requisitos mínimos de qualidade, segurança, funcionalidade, resistência, durabilidade e compatibilidade com os ambientes disponíveis.

Os mobiliários deverão ser novos, de primeiro uso e adequados à utilização institucional e coletiva, considerando a frequência de utilização dos ambientes e a necessidade de preservação das instalações. Os materiais empregados deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade dos bens, resistência ao uso contínuo e facilidade de limpeza e conservação.

Para os vestiários, a solução deverá possibilitar a guarda individualizada e organizada de uniformes, equipamentos e pertences pessoais, contemplando compartimentos individuais em quantidade compatível com a demanda identificada. Os armários deverão apresentar dimensões e configuração compatíveis com os espaços físicos disponíveis, garantindo aproveitamento adequado da área sem comprometer a circulação e a utilização dos ambientes.

Os armários deverão possuir sistema de fechamento individual que proporcione segurança e privacidade aos usuários, além de estrutura estável, resistente e adequada ao uso frequente. Os materiais e acabamentos deverão ser resistentes à limpeza e às condições próprias de um ambiente de vestiário, especialmente quanto à umidade e ao desgaste decorrente do uso cotidiano.

Para o refeitório, a solução deverá proporcionar superfície adequada para alimentação e guarda de utensílios e mantimentos na quantidade compatível com a utilização prevista, considerando

dimensões, ergonomia, estabilidade, resistência e facilidade de higienização. O mobiliário deverá permitir organização adequada do espaço e utilização simultânea pelos usuários.

A solução deverá considerar a possibilidade de fornecimento e, quando necessário, montagem dos mobiliários no local indicado pela Administração, de modo que os bens sejam disponibilizados em condições adequadas de uso, sem necessidade de intervenções ou complementações não previstas.

Deverá ser assegurada garantia contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade, em prazo compatível com a natureza dos bens e com as condições estabelecidas pela Administração, sem prejuízo das garantias previstas na legislação aplicável.

Os requisitos deverão ser estabelecidos de forma a garantir a qualidade e o desempenho necessários ao atendimento da necessidade pública, sem indicação de marca, fabricante ou modelo específico e sem estabelecer características desnecessariamente restritivas à competitividade, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores que atendam aos resultados pretendidos pela Administração.

A definição final dos requisitos deverá considerar as informações obtidas no levantamento de mercado e a avaliação das alternativas disponíveis, de modo que as exigências técnicas sejam proporcionais à necessidade identificada e compatíveis com a relação entre qualidade, durabilidade e custo da solução.

## 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades foi realizada com base no levantamento das necessidades de estruturação do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, considerando o efetivo de 146 (cento e quarenta e seis) integrantes da Guarda Civil Municipal, além dos demais servidores que desempenham suas atividades na Secretaria e que poderão utilizar as instalações de vestiário e refeitório.

Para definição do quantitativo de armários, foram consideradas a quantidade de usuários, a necessidade de guarda individualizada de uniformes, equipamentos e pertences pessoais e, especialmente, as dimensões e características dos espaços físicos destinados aos vestiários. O levantamento dos ambientes identificou áreas disponíveis nos 2º e 3º pavimentos, permitindo o dimensionamento dos módulos de armazenamento de forma compatível com os espaços existentes e com a necessidade institucional. A partir desse levantamento, estima-se a necessidade de 175 (cento e sessenta e cinco) compartimentos individuais para vestiário, distribuídos em aproximadamente

1116(cento e dezesseis) unidades no 2º pavimento e 59 (cinquenta e nove) unidades no 3º pavimento, quantitativo que busca atender à demanda identificada e proporcionar utilização organizada dos espaços disponíveis.

Para o refeitório, a estimativa considerou a existência de espaço físico destinado às refeições e a necessidade de disponibilização de mobiliário que permita a acomodação dos servidores durante os períodos de alimentação.

A definição dos quantitativos levou em consideração os seguintes aspectos:

1. quantidade estimada de usuários dos vestiários, considerando o efetivo da Guarda Civil Municipal e os demais servidores vinculados à Secretaria;
2. necessidade de disponibilização de compartimentos individuais para guarda de uniformes, equipamentos e pertences pessoais;
3. dimensões e características físicas dos ambientes destinados aos vestiários;
4. aproveitamento adequado dos espaços disponíveis, sem comprometer a circulação e a utilização dos ambientes;
5. apacidade e características do espaço destinado ao refeitório;
6. necessidade de disponibilização de mobiliário suficiente para utilização regular pelos servidores;
7. adequação dos quantitativos à necessidade atualmente identificada, evitando aquisições superiores à demanda demonstrada;
8. possibilidade de utilização compartilhada das instalações pelos diferentes servidores e setores da Secretaria;
9. busca pela racionalização dos recursos públicos e pela adequada relação entre o quantitativo contratado e a necessidade efetivamente identificada.

Os quantitativos estimados poderão ser ajustados durante o planejamento da contratação caso o levantamento técnico dos ambientes, a análise das alternativas disponíveis no mercado ou outros elementos do estudo demonstrem necessidade de adequação, devendo eventual alteração ser devidamente justificada nos autos. A definição dos quantitativos, portanto, considera conjuntamente a demanda de usuários, a finalidade dos ambientes, a disponibilidade de espaço físico e a necessidade

de estruturação do novo prédio, buscando assegurar que a solução a ser adotada seja suficiente para o atendimento da necessidade pública, sem dimensionamento excessivo ou insuficiente.

| Item | Unid. | Qtd. | Descrição detalhada do item |
|---|---|---|---|
| 01 | UND | 175 | Armário para vestiário, MDF, com dimensões aproximadas de **0,60 X 0,40 X 0,40 m,** podendo ser disposto em módulos verticais ou horizontal conforme o espaço disponível. Possuir portas individuais, prateleiras internas, fechadura individual com chave, dobradiças metálicas e acabamento resistente. Fundo em MDF, pés ou base com proteção contra umidade e facilidade de limpeza. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. |
| 02 | UND | 04 | Armários para cozinha, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1.20, profundidade mínima 30cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. |
| 03 | UND | UND | Bancada para cozinha, 14,00 metros lineares, fornecida em módulos, podendo ser composta por unidades de diferentes comprimentos disponíveis no mercado, desde que o conjunto totalize, no mínimo, 14,00 metros lineares e atenda às especificações técnicas estabelecidas, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo, com bordas devidamente acabadas. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Dimensões com profundidade aproximada de 40 cm e altura aproximada de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. |
| 04 | UND | UND | Banco para vestiário, demensões mínimas 1,50x40cmx 30, madeira de lei/ou nobre, espécies de maior densidade, durabilidade, estabilidade. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. |

## 4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante consulta a fontes diversificadas de preços, considerando referências provenientes de contratações públicas, registros de preços, documentos oficiais disponibilizados por órgãos e entidades públicas e pesquisa em sites de comércio eletrônico e fornecedores especializados.

Foram priorizadas referências que apresentassem características compatíveis ou aproximadas às especificações pretendidas, especialmente quanto ao material utilizado, dimensões, finalidade, estrutura, ferragens, acabamento e condições de fornecimento. As referências foram analisadas individualmente, considerando-se as particularidades de cada objeto, de modo a evitar a utilização de preços manifestamente incompatíveis com a solução pretendida.

Foram identificadas as seguintes referências:

| Item | Objeto / Referência pesquisada | Fonte da pesquisa | Valor encontrado | Endereço eletrônico |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Armário guarda-volumes em MDF, com portas individuais e fechaduras, destinado à guarda de pertences | Prefeitura de Jaguaruna/SC – contratação pública | **R$ 2.366,00/un.** | Documento da contratação pública |
| 01 | Armário guarda-volumes em MDF, com 8 portas e chave, disponível para aquisição no mercado | MadeiraMadeira – pesquisa de mercado | **R$ 2.057,00/un.** | Consulta do produto no mercado |
| 01 | Armário guarda-volumes em MDF, com portas individuais e fechaduras, em contratação pública | Município de Gaspar/SC – contratação pública | **R$ 6.499,14/un.** | Documento da contratação pública |
| 02 | Conjunto de refeitório composto por | Prefeitura de Olímpio | **R$** | Documento da |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 01 mesa e 02 bancos, com estrutura metálica e tampo em MDF | Noronha/MG – contratação pública | **1.870,00/cj.** | contratação pública |
| **02** | Conjunto de mesa e 02 bancos para refeitório, com estrutura metálica e tampo em MDF | Município de Barueri/SP – contratação pública/PNCP | **R$ 1.920,06/cj.** | Registro da contratação |
| **02** | Mesa industrial premium com 02 bancos, tampo em MDF, destinada a uso coletivo | Mercado Livre – pesquisa de mercado | **R$ 3.800,00/cj.** | Consulta do produto no mercado |
| **02** | Mesa com 02 bancos em madeira maciça, produto de padrão superior disponível no mercado | Mercado Livre – pesquisa de mercado | **R$ 4.659,00/cj.** | Consulta do produto no mercado |
| **03** | Bancada em MDF, dimensões 1,50 m × 0,50 m | Câmara Municipal de São Luís/MA – contratação pública/registro de preços | **R$ 1.050,00/un.** | Registro de preços – bancada em MDF |
| **03** | Bancada em MDF, dimensões 1,00 m × 0,50 m, espessura de 36 mm | Pesquisa de preços baseada em Compras Governamentais | **R$ 1.000,00/un.** | Pesquisa de preços – Compras Governamentais |
| **03** | Bancada em MDF, dimensões 3,60 m × 0,60 m | Registro de preços de órgão público | **R$ 1.000,00/un.** | Referência de contratação pública |

Para o Item 01 – armários para vestiário, as referências encontradas demonstram significativa variação de preços conforme a quantidade de portas, dimensões, acabamento, ferragens e configuração do mobiliário. Foram identificados valores superiores ao parâmetro preliminar de R$

255,15 por unidade, destacando-se referências públicas de R$ 2.366,00 e R$ 6.499,14 por unidade, além de pesquisa de mercado com produto em MDF no valor de R$ 2.057,00.

Para o Item 02 – conjunto de mesa e dois bancos, foram identificadas referências públicas e de mercado com valores superiores ao parâmetro preliminar de R$ 4.659,00 por conjunto, especialmente a referência de mercado. Ressalta-se que os preços encontrados apresentam diferenças quanto às dimensões, materiais e padrão de acabamento, razão pela qual deverão ser considerados apenas como referências de mercado, sem utilização automática para composição da média.

Para o Item 03 – bancada para cozinha, foram identificadas referências de bancadas em MDF com valores superiores ao parâmetro preliminar de R$ 700,00 por metro linear, destacando-se a referência de R$ 1.050,00 para bancada de 1,50 metro, equivalente a aproximadamente R$ 700,00 por metro linear, bem como referência de R$ 1.000,00 para bancada de 1,00 metro. Essas referências demonstram que o parâmetro preliminar de R$ 7.900,00 para aproximadamente 12 metros lineares encontra-se dentro de uma faixa possível de mercado, devendo o valor definitivo ser estabelecido após o tratamento estatístico das referências consideradas válidas e, preferencialmente, mediante obtenção de cotações específicas para a solução pretendida.

As referências acima serão utilizadas como elementos de comparação para a formação do valor estimado da contratação, observando-se a necessidade de compatibilização entre as características dos produtos pesquisados e aquelas efetivamente exigidas pela Administração. Valores referentes a produtos com especificações substancialmente distintas poderão ser desconsiderados, mediante justificativa, para evitar distorções na estimativa.

A definição do valor estimado deverá considerar, ainda, os custos de transporte, entrega, montagem e demais condições de fornecimento quando não estiverem expressamente incluídos nas referências utilizadas, buscando-se estabelecer valor compatível com a realidade do mercado e suficiente para assegurar a obtenção de propostas exequíveis, sem prejuízo da economicidade e da competitividade da futura contratação.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento preliminar de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, considerando aspectos técnicos, funcionais, econômicos, de durabilidade, manutenção e adequação aos espaços físicos existentes.

Foram consideradas, para fins de análise, as soluções usualmente disponíveis no mercado para fornecimento de mobiliário institucional, incluindo móveis prontos e padronizados, mobiliário confeccionado sob medida e soluções compostas por módulos individuais, bem como diferentes materiais e sistemas construtivos empregados na fabricação de armários, mesas e bancos.

Do levantamento realizado, identificaram-se, em linhas gerais, as seguintes alternativas:

**a) Aquisição de mobiliário pronto e padronizado disponível no mercado**

Consiste na aquisição de armários, mesas e bancos produzidos em escala industrial, com dimensões e configurações previamente definidas pelos fabricantes, disponíveis para pronta entrega ou fornecimento em prazo reduzido.

**Vantagens:**

- maior disponibilidade de fornecedores e modelos no mercado;
- possibilidade de comparação objetiva entre produtos;
- potencial redução do prazo de fornecimento;
- maior padronização dos mobiliários;
- facilidade de reposição de componentes e eventual substituição de unidades;
- possibilidade de aquisição de produtos com garantia oferecida pelo fabricante ou fornecedor.

**Desvantagens:**

- limitações quanto à adequação das dimensões dos armários aos espaços físicos disponíveis;
- possibilidade de existência de áreas não aproveitadas nos vestiários;

- necessidade de compatibilização entre as dimensões padronizadas dos produtos e os ambientes existentes;
- menor flexibilidade para aproveitamento integral dos espaços.

**b) Contratação de mobiliário confeccionado sob medida**

Consiste no fornecimento de mobiliário produzido de acordo com as dimensões específicas dos ambientes, permitindo maior aproveitamento dos espaços disponíveis e adequação às características físicas dos vestiários e do refeitório.

**Vantagens:**

- melhor aproveitamento dos espaços disponíveis;
- possibilidade de adequação das dimensões dos mobiliários às características dos ambientes;
- maior flexibilidade quanto à configuração e distribuição dos módulos;
- possibilidade de padronização visual dos mobiliários;
- adequação da quantidade de compartimentos às necessidades identificadas.

**Desvantagens:**

- maior dependência de medição e conferência das dimensões dos ambientes;
- prazo de fabricação potencialmente superior ao de produtos padronizados;
- necessidade de montagem ou instalação no local, conforme a solução adotada;
- maior complexidade para eventual substituição de componentes ou unidades confeccionadas especificamente para o ambiente.

**c) Utilização de armários metálicos ou outras soluções de mobiliário institucional de alta resistência**

Consiste na utilização de armários fabricados em aço ou outros materiais de elevada resistência, usualmente empregados em vestiários coletivos, ambientes industriais, instituições públicas e estabelecimentos de uso intenso.

**Vantagens:**

- elevada resistência mecânica;
- boa durabilidade em ambientes de uso coletivo;
- facilidade de limpeza;
- possibilidade de aquisição de modelos padronizados;
- ampla disponibilidade no mercado;
- facilidade de substituição e reposição de unidades.

**Desvantagens:**

- características estéticas distintas do mobiliário em madeira reconstituída;
- necessidade de compatibilização com o padrão visual pretendido para os ambientes;
- possibilidade de maior peso dos componentes;
- eventual necessidade de tratamento e manutenção específicos para preservação contra corrosão, conforme o material e o ambiente.

**d) Locação de mobiliário**

Consiste na disponibilização temporária de armários, mesas e bancos mediante contratação de empresa especializada, com pagamento periódico durante determinado período.

**Vantagens:**

- redução do desembolso inicial;
- possibilidade de substituição dos bens durante a vigência contratual, conforme as condições contratadas;
- eventual transferência de parte das responsabilidades de manutenção para a empresa contratada.

**Desvantagens:**

- geração de despesa continuada durante o período de utilização;
- ausência de incorporação dos bens ao patrimônio público;
- dependência da continuidade contratual para manutenção da estrutura;

- menor vantagem econômica quando se trata de mobiliário destinado à utilização permanente em prédio público;
- possibilidade de custos acumulados superiores ao custo de aquisição ao longo da vida útil dos bens.

**Conclusão do Levantamento de Mercado**

A análise das alternativas demonstra que existem diferentes soluções capazes de atender à necessidade identificada, especialmente quanto à utilização de mobiliário pronto e padronizado, mobiliário confeccionado sob medida e armários institucionais produzidos em materiais de maior resistência.

Considerando que os ambientes dos vestiários possuem dimensões previamente identificadas e que a Administração busca estruturar o novo prédio com mobiliário destinado à utilização permanente, deverão ser priorizadas soluções que proporcionem adequado aproveitamento dos espaços, resistência ao uso frequente, facilidade de limpeza e conservação, durabilidade e adequada relação entre custo e benefício.

A definição da solução mais vantajosa deverá considerar, além do preço de aquisição, a qualidade dos materiais, a vida útil esperada, as condições de garantia, a necessidade de montagem, a facilidade de manutenção e os custos associados ao ciclo de vida dos bens.

O levantamento preliminar também indica a existência de mercado fornecedor para os diferentes tipos de mobiliário considerados, com possibilidade de participação de fabricantes, distribuidores e empresas especializadas, desde que os requisitos sejam definidos em termos de desempenho, qualidade e funcionalidade, sem indicação de marca ou fabricante específico.

A análise comparativa das alternativas será utilizada como subsídio para a definição da solução que melhor atenda à necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na disponibilização de mobiliário adequado para a estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, contemplando armários individuais para guarda de uniformes, equipamentos e pertences pessoais, bancos, bem como bancadas e armários destinados à utilização do espaço para refeições. Para os vestiários, a solução deverá proporcionar compartimentos individuais em quantidade compatível com a demanda identificada, permitindo a organização e a guarda adequada dos pertences dos servidores e usuários. Os armários deverão apresentar características construtivas, dimensões, resistência, estabilidade, acabamento e sistemas de fechamento compatíveis com a utilização institucional e coletiva dos ambientes. Os bancos deverão proporcionar conforto e comodidade aos servidores na troca de uniformes, banho etc.

Para o refeitório, a solução deverá contemplar mobiliário capaz de proporcionar condições adequadas para acomodação dos servidores durante as refeições, considerando as dimensões do ambiente, a quantidade estimada de usuários, a resistência necessária ao uso frequente e a facilidade de limpeza e higienização. A solução deverá considerar mobiliários novos, de primeiro uso, constituídos por materiais de qualidade compatível com a finalidade pretendida, com estrutura estável, acabamento adequado e componentes resistentes ao uso contínuo. Nos armários, deverá ser priorizado o emprego de MDF com revestimento e acabamento apropriados, observando-se as características mínimas de espessura, resistência, ferragens, fechaduras e demais componentes definidos a partir da análise técnica e do levantamento de mercado.

Deverá ser assegurada garantia contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade, bem como condições adequadas de assistência e substituição dos itens que apresentarem desconformidades durante o período de garantia, conforme as condições que vierem a ser estabelecidas na contratação. A solução deverá considerar, além do custo inicial, aspectos relacionados à durabilidade, resistência, manutenção, facilidade de limpeza, vida útil e eventual necessidade de substituição dos bens, buscando a melhor relação entre custo e benefício para a Administração ao longo do ciclo de vida do mobiliário.

A definição dos requisitos e especificações deverá permitir a participação de diferentes fabricantes e fornecedores capazes de oferecer produtos que atendam aos padrões mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos, evitando-se exigências desnecessárias que possam restringir a competitividade. Dessa forma, a solução deverá proporcionar a estrutura necessária para o pleno aproveitamento dos vestiários e do refeitório do novo prédio, contribuindo para melhores condições de organização, segurança, higiene, conforto e funcionamento das instalações da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

A contratação poderá ser estruturada de forma parcelada por itens, considerando que as necessidades identificadas compreendem mobiliários de naturezas distintas, quais sejam, armários individuais para vestiários e conjuntos de mesas e bancos destinados ao refeitório. O parcelamento por itens deverá ser avaliado à luz da possibilidade de ampliação da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, especialmente porque os armários e os conjuntos de mesas e bancos constituem bens independentes, que podem ser fornecidos por diferentes empresas do mercado, sem que a aquisição de um item dependa tecnicamente do fornecimento do outro.

Nesse sentido, não se identifica, em princípio, necessidade de que todos os itens sejam fornecidos por um único contratado, uma vez que a eventual contratação de fornecedores distintos não compromete a funcionalidade, a compatibilidade ou a utilização dos mobiliários. Ao contrário, a divisão do objeto em itens distintos pode favorecer a participação de maior número de fornecedores e permitir à Administração obter condições mais vantajosas para cada grupo de bens.

Assim, para esta contratação, mostra-se tecnicamente recomendável a divisão do objeto em itens, de modo que os armários para vestiário constituam um item e os conjuntos de mesa e bancos para o refeitório constituam outro, sem prejuízo da avaliação dos resultados do levantamento de mercado e da pesquisa de preços. A adoção do parcelamento deverá observar a viabilidade técnica e econômica, a natureza dos bens e a necessidade de preservar a economia de escala eventualmente existente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a solução deverá ser estruturada de maneira a ampliar a competitividade sempre que possível, sem comprometer a qualidade, a padronização necessária, a eficiência da contratação ou a adequada execução do objeto.

## 9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Previamente à celebração do contrato, a Administração adotará as medidas administrativas, técnicas e operacionais necessárias para assegurar a adequada execução do objeto, garantindo que a solução possa ser implementada de forma eficiente e em conformidade com a legislação aplicável.

Dentre as principais providências, destacam-se:

- designação do servidor ou equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- elaboração e aprovação do Termo de Referência contendo as especificações técnicas, critérios de julgamento, condições de execução, recebimento, garantia e demais requisitos da contratação;
- realização da pesquisa de preços e definição do orçamento estimado da contratação;
- verificação da disponibilidade orçamentária e adoção das providências necessárias para a emissão da respectiva reserva de dotação orçamentária;
- instauração e regular processamento do procedimento licitatório, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021;
- definição dos servidores que serão capacitados para a operação do sistema e acompanhamento do treinamento a ser fornecido pela futura contratada;
- preparação da infraestrutura necessária para armazenamento, guarda, carregamento das baterias e utilização segura dos equipamentos, quando aplicável.

A adoção dessas providências permitirá que, após a contratação, a solução seja disponibilizada para uso operacional de forma célere, segura e eficiente, assegurando o atendimento do interesse público e a adequada execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis ao atendimento da necessidade objeto deste Estudo Técnico Preliminar. A solução a ser adotada deverá ser autônoma e suficiente para estruturar os ambientes dos vestiários e do refeitório, não dependendo da execução de outra contratação para que os mobiliários possam ser utilizados adequadamente.

Eventuais serviços de transporte, entrega e montagem dos mobiliários, quando necessários, deverão estar contemplados na própria solução a ser contratada, de modo a assegurar a disponibilização dos bens em condições adequadas de uso. Poderão ocorrer, futuramente, outras aquisições de mobiliário ou substituição de componentes em razão de ampliação da estrutura, desgaste, necessidade de reposição ou alteração da demanda institucional. Tais necessidades, contudo, não constituem condição para a execução da presente contratação e deverão ser objeto de planejamento e contratação próprios, conforme a necessidade da Administração.

## 11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

A contratação de mobiliário poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de matérias-primas utilizadas na fabricação dos bens, à geração de resíduos decorrentes dos processos de fabricação, transporte, embalagem, montagem e, ao final de sua vida útil, ao descarte de componentes, peças, materiais de madeira reconstituída, metais e demais resíduos.

Para minimizar esses impactos, deverão ser priorizadas soluções que apresentem durabilidade, resistência e maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos. Sempre que aplicável, os materiais empregados deverão atender à legislação ambiental vigente e possuir procedência regular.

As embalagens utilizadas para transporte e proteção dos mobiliários deverão ser reduzidas ao necessário para garantir a integridade dos produtos, devendo a contratada, sempre que possível, utilizar materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento.

A Administração deverá promover o uso adequado e a conservação dos mobiliários, buscando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição prematura. Eventuais resíduos decorrentes da montagem, substituição ou descarte dos bens deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada, observadas as normas aplicáveis à gestão e destinação de resíduos sólidos.

Quando aplicável, deverão ser observadas práticas de reutilização, reciclagem e logística reversa, especialmente em relação a materiais e componentes passíveis de reaproveitamento ou reciclagem, contribuindo para a redução dos impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos produtos.

Dessa forma, os aspectos de sustentabilidade deverão ser considerados não apenas no momento da aquisição, mas também durante a utilização, manutenção e destinação final dos mobiliários, buscando conciliar a satisfação da necessidade administrativa com a preservação ambiental e o uso racional dos recursos públicos.

## 13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, TESTES, HOMOLOGAÇÃO E RECEBIMENTO TÉCNICO

O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação da conformidade dos mobiliario, acessórios e demais componentes com as especificações estabelecidas no Termo de Referência. Antes do recebimento definitivo, serão realizados testes de funcionamento e desempenho, visando comprovar os requisitos técnicos exigidos.

O recebimento definitivo ocorrerá somente após a aprovação da conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos, da entrega da documentação técnica, certificados, manuais, garantias e da conclusão do treinamento previsto, quando aplicável, mediante atesto da equipe designada pela Administração. Esse procedimento garantirá que a solução entregue atenda integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública e às exigências estabelecidas na futura contratação.

## 14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, GLOSAS E DESEMPENHO

A medição do objeto será realizada por unidade efetivamente entregue e recebida, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos mobiliário previstos no Termo de Referência. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, condicionado à apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ao atesto do fiscal do contrato e à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, observadas as condições estabelecidas no edital e no contrato.

Na hipótese de entrega em desacordo com as especificações técnicas, ausência de componentes, defeitos de fabricação ou descumprimento de obrigações contratuais, a Administração poderá rejeitar

total ou parcialmente o objeto, suspender o pagamento correspondente ou efetuar glosas proporcionais, até a completa regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato. O desempenho da contratação será avaliado pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, pela conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas, pela aprovação nos testes de funcionamento e pela entrega integral da solução em condições de pleno uso operacional.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável, mostrando-se adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG. O levantamento de mercado demonstrou a existência de soluções compatíveis e de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas que serão definidas no Termo de Referência, assegurando a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação, mediante a elaboração do Termo de Referência e a adoção das demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021 para a realização do procedimento licitatório.

Mariana, 17 de agosto de 2026.

Raquel de Souza Oliveira- Matricula 13900
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.09.13 19:39:58 -03'00'

Ramon Leonardo Magalhães
Secretário de Segurança Pública

| TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34 | |
|---|---|
| **Área solicitante** | Secretaria Municipal de Segurança Pública |
| **Resp. pela elaboração** | Raquel de Souza Oliveira |

## 1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de mobiliário destinado à estruturação e ao adequado funcionamento do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, compreendendo armários individuais e bancos para os vestiários e mesas e bancadas destinadas ao refeitório, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

O objeto compreende o fornecimento, transporte, entrega e, quando aplicável, montagem dos mobiliários, em local indicado pela Administração Municipal, observadas as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento.

A aquisição tem por finalidade proporcionar estrutura adequada para guarda individual de pertences dos servidores e usuários dos vestiários, bem como condições apropriadas para utilização do espaço destinado às refeições, contribuindo para a organização, funcionalidade, segurança, higiene e adequado aproveitamento das instalações do novo prédio.

As especificações técnicas constantes deste Termo de Referência estabelecem requisitos mínimos de desempenho, qualidade, resistência, funcionalidade, dimensões e acabamento, sendo admitidos produtos de diferentes marcas e fabricantes que comprovadamente atendam ou superem as características mínimas exigidas pela Administração.

## 2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

### 2.1. Da Natureza de Bens

O objeto desta contratação enquadra-se como bem comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a comparação entre propostas e a seleção da mais vantajosa para a Administração.

### 2.2. Da Classificação da Contratação

A presente contratação caracteriza-se como aquisição de bem permanente, a ser realizada por compra direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites legalmente estabelecidos e suas atualizações periódicas. A contratação compreende aquisição de mobiliário destinado à estruturação e ao adequado funcionamento do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG.

Por se tratar de aquisição de bem, não há caracterização de prestação de serviços contínuos, sendo eventuais serviços de instalação.

## 3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de equipar os vestiários e o refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, garantindo condições adequadas de organização, segurança, higiene e utilização dos ambientes. Os armários individuais são necessários para a guarda segura e organizada de uniformes, equipamentos e pertences pessoais dos servidores, enquanto as mesas são indispensáveis para o adequado funcionamento do espaço destinado às refeições.

A aquisição das mesas, bancadas e armários para o refeitório é necessária para proporcionar estrutura adequada para acomodação dos servidores durante as refeições, considerando a utilização regular do espaço e a necessidade de mobiliário resistente, funcional, de fácil higienização e compatível com as características do ambiente.

A aquisição dos mobiliários permitirá a plena utilização dos ambientes, evitando soluções improvisadas e proporcionando melhores condições de trabalho, organização e conservação das instalações. Os bens deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, considerando requisitos de qualidade, resistência, durabilidade, funcionalidade e segurança, de modo a garantir adequada relação entre custo e benefício para a Administração.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de mobiliário destinado à estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, compreendendo o fornecimento de armários individuais para guarda de uniformes, equipamentos e pertences pessoais, bem como mesas e bancos destinados à utilização do espaço para refeições, de acordo com as quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Os mobiliários deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, de materiais compatíveis com a utilização institucional e com elevado padrão de qualidade, resistência, durabilidade, funcionalidade e acabamento, considerando a utilização regular e contínua dos ambientes. Os armários deverão proporcionar compartimentação individual e organização dos pertences dos usuários dos vestiários, enquanto os conjuntos de mesas e bancos deverão proporcionar condições adequadas para acomodação dos servidores durante as refeições.

A solução deverá contemplar todas as etapas necessárias à disponibilização dos bens em condições adequadas de uso, incluindo fornecimento, transporte, carga, descarga, entrega no local indicado pela Administração e, quando aplicável, montagem dos mobiliários, sem custos adicionais além daqueles previstos na contratação. Os produtos deverão ser entregues íntegros, sem avarias, defeitos, deformações ou sinais de uso, acompanhados, quando aplicável, de manuais, instruções de montagem e demais documentos necessários à sua adequada utilização e conservação.

Considerando a finalidade institucional da aquisição e a necessidade de assegurar maior vida útil aos bens, os mobiliários deverão atender aos requisitos mínimos de resistência mecânica, estabilidade, segurança, facilidade de limpeza e conservação, bem como apresentar acabamento compatível com ambientes de uso coletivo. A solução foi concebida de forma integrada, de modo que os diferentes itens atendam conjuntamente às necessidades identificadas pela Administração, permitindo a plena utilização dos vestiários e do refeitório do novo prédio. A aquisição dos bens, em vez da adoção de soluções improvisadas ou do aproveitamento de mobiliário inadequado, possibilitará melhor organização dos ambientes, preservação das instalações, adequada guarda dos pertences pessoais e melhores condições para realização das refeições.

A contratação deverá observar ainda os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, padronização, durabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço de aquisição, mas também a qualidade, a resistência, a vida útil esperada, as condições de garantia, a facilidade de manutenção e os custos associados à utilização dos bens ao longo de seu ciclo de vida.

A solução, portanto, compreende o fornecimento de mobiliário permanente adequado às características e à finalidade dos ambientes do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública, assegurando condições de uso, organização, segurança, higiene, conforto e funcionalidade, com especificações suficientes para garantir a qualidade dos bens sem restringir

indevidamente a competitividade entre marcas e fabricantes que atendam aos requisitos estabelecidos pela Administração.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá assegurar o fornecimento de mobiliário novo, de primeiro uso, destinado à estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, observadas as especificações, quantidades, padrões mínimos de qualidade, resistência, segurança, funcionalidade e acabamento estabelecidos neste Termo de Referência.

Os bens deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, avarias, empenamentos, trincas, riscos ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua utilização, estabilidade, segurança ou aparência. Os produtos deverão ser compatíveis com os ambientes para os quais se destinam e atender integralmente às dimensões e características mínimas estabelecidas pela Administração.

### 5.1. Requisitos dos Armários e Módulos de Mobiliário para Cozinha

Deverão ser fornecidos 04 (quatro) módulos de mobiliário destinados às cozinhas do prédio, compreendendo armários inferiores, armário superior ou inferior, conforme as necessidades de instalação e organização dos ambientes dos respectivos pavimentos. Os módulos deverão possuir dimensões compatíveis com os espaços destinados à instalação, admitidas variações decorrentes dos padrões a modelos e acabamentos, desde que não comprometam a funcionalidade, a capacidade de armazenamento, a circulação ou a adequada utilização do mobiliário.

Os armários deverão ser confeccionados em MDF ou MDP de boa qualidade, ou material de desempenho equivalente ou superior, adequado ao uso institucional, com espessura compatível com a resistência estrutural exigida para o mobiliário. As superfícies deverão possuir acabamento uniforme, resistente ao uso cotidiano e de fácil limpeza e higienização.

Os módulos poderão possuir portas de abrir, divisões internas, prateleiras, nichos e demais elementos necessários à adequada utilização. As portas deverão possuir ferragens de qualidade compatível com uso frequente, com dobradiças, puxadores e demais componentes que assegurem funcionamento adequado, estabilidade e durabilidade.

Todos os móveis deverão ser fornecidos novos, sem uso anterior, com acabamento uniforme, sem lascas, deformações, rebarbas, quinas cortantes ou quaisquer imperfeições que possam comprometer a estética, a segurança ou a utilização.

O fornecimento deverá compreender, quando necessário, transporte, montagem, instalação, regulagem, sem custos adicionais para a Administração.

5.1.1. Requisitos dos Armários para os Vestiários

Deverão ser fornecidos armários individuais para vestiário, destinados à guarda organizada e individualizada de uniformes, equipamentos e pertences pessoais dos servidores e usuários, considerando o uso institucional e coletivo dos ambientes. Os armários deverão ser fornecidos em dimensões e configuração compatíveis com os espaços destinados aos vestiários, observando-se o projeto e o levantamento dimensional fornecidos pela Administração.

Dessa forma, o quantitativo total estimado corresponde a 175 (cento e setenta e cinco) armários individuais. Cada módulo individual deverá possuir dimensões aproximadas de 0,60 m de altura, 0,40 m de largura e 0,40 m de profundidade, admitidas tolerâncias dimensionais compatíveis com os padrões usuais de fabricação, desde que preservada a finalidade de armazenamento e a compatibilidade com os espaços disponíveis.

Os armários deverão apresentar configuração vertical compatível com a utilização dos espaços disponíveis, podendo ser organizados em módulos sobrepostos, observando-se a disposição de aproximadamente 03 (três) módulos por coluna, considerando a altura disponível aproximada de 1,85 m e o espaço necessário para acabamento e rodapé.

A estrutura, portas, divisórias e demais componentes em madeira reconstituída deverão ser confeccionados em MDF, não sendo admitida a substituição por MDP ou material de qualidade inferior, observadas as espessuras mínimas estabelecidas neste Termo de Referência. A estrutura deverá ser confeccionada em MDF branco com acabamento melamínico, com

espessura mínima de 15 mm, ou solução tecnicamente equivalente ou superior quanto à resistência, estabilidade e durabilidade.

As portas deverão possuir acabamento uniforme, adequado ao uso coletivo e de fácil higienização, devendo ser instaladas com dobradiças metálicas de boa qualidade e resistência, compatíveis com o peso e as dimensões das portas, com sistema de fechamento amortecido ou solução equivalente que proporcione fechamento adequado e redução de impactos.

Cada compartimento individual deverá possuir fechadura própria, com fornecimento de 02 (duas) chaves por unidade, ou sistema de segurança equivalente que assegure o acesso individualizado ao compartimento. Todos os componentes metálicos, ferragens, fechaduras, puxadores, sistemas de fixação e demais acessórios deverão ser novos, resistentes e compatíveis com o uso institucional, devendo apresentar qualidade suficiente para suportar utilização frequente e contínua.

5.1.2. Requisitos de Qualidade, Durabilidade e Acabamento

Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade e compatíveis com a finalidade dos bens, priorizando-se resistência mecânica, durabilidade, facilidade de manutenção, segurança e adequada relação entre custo e benefício. As superfícies em MDF deverão apresentar revestimento uniforme, sem descolamentos, bolhas, manchas, lascas ou imperfeições que comprometam a qualidade ou a vida útil do mobiliário. As bordas deverão receber acabamento adequado, preferencialmente com fita de borda resistente e devidamente aderida, sem arestas expostas ou partes cortantes.

Os móveis deverão apresentar estabilidade e resistência compatíveis com sua finalidade, não sendo admitidos produtos que apresentem folgas excessivas, desalinhamentos, empenamentos ou qualquer deficiência estrutural no momento da entrega. As especificações constantes deste Termo de Referência representam requisitos mínimos de qualidade e desempenho, sendo admitidos produtos de diferentes marcas, fabricantes e modelos, desde que comprovadamente atendam ou superem as características estabelecidas, sem prejuízo da compatibilidade dimensional e funcional com os ambientes destinados à instalação.

A contratada deverá assegurar que os bens sejam entregues devidamente acondicionados e protegidos durante o transporte, responsabilizando-se por eventuais danos ocorridos até a efetiva entrega e aceitação pela Administração. Os bens deverão possuir garantia contra

defeitos de fabricação e vícios que comprometam seu funcionamento ou sua utilização, observado o prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

5.1.4. Requisitos dos Bancos para os Vestiários

Deverão ser fornecidos bancos destinados à utilização nos vestiários do prédio, em quantidade e dimensões compatíveis descritas nesse termo de referência.

Os bancos deverão possuir estrutura resistente e adequada ao uso institucional contínuo, confeccionada em estrutura metálica (pés), e tampo de madeira nobre, com resistência mecânica compatível com o uso coletivo.

A estrutura metálica deverá ter tratamento anticorrosivo e acabamento por pintura adequada, preferencialmente pintura eletrostática ou processo equivalente, de modo a proporcionar proteção contra corrosão, umidade, desgaste e demais agentes decorrentes da utilização em ambiente de vestiário.

Os assentos deverão ser de material resistente, de boa qualidade, adequado à utilização frequente e à exposição eventual à umidade, devendo possuir superfície de fácil limpeza e higienização. O acabamento deverá ser uniforme, sem lascas, rebarbas, quinas cortantes, saliências ou quaisquer elementos que possam representar risco aos usuários.

**5.2 Quantitativos e Valor Estimado**

| Item | Unid. | Qtd. | Descrição detalhada do item |
|---|---|---|---|
| 01 | UND | 175 | Armário para vestiário, MDF, com dimensões aproximadas de **0,60 X 0,40 X 0,40 m,** podendo ser disposto em módulos verticais ou horizontal conforme o espaço disponível. Possuir portas individuais, prateleiras internas, fechadura individual com chave, dobradiças metálicas e acabamento resistente. Fundo em MDF, pés ou base com proteção contra umidade e facilidade de limpeza. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. |
| 02 | UND | 04 | Armários para cozinha, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1.20, profundidade mínima 30cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. |
| 03 | UND | UND | Bancada para cozinha, 14,00 metros lineares, fornecida em módulos, podendo ser composta por unidades de diferentes comprimentos disponíveis |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | no mercado, desde que o conjunto totalize, no mínimo, 14,00 metros lineares e atenda às especificações técnicas estabelecidas, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo, com bordas devidamente acabadas. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Dimensões com profundidade aproximada de 40 cm e altura aproximada de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. |
| 04 | UND | UND | Banco para vestiário, demensões mínimas 1,50x40cmx 30, madeira de lei/ou nobre, espécies de maior densidade, durabilidade, estabilidade. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. |

## 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Condições Gerais de Execução

A execução do objeto compreenderá o fornecimento dos mobiliários destinados à estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, compreendendo os armários individuais e bancos para vestiário e bem como bancadas e armários para o refeitório, conforme quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada será responsável pelo fornecimento dos bens novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, observando integralmente as especificações técnicas, dimensões, materiais, padrões de qualidade, acabamento, resistência e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Os mobiliários deverão ser fornecidos completos, com todos os componentes, ferragens, acessórios e elementos necessários à sua adequada utilização, não sendo admitida a entrega de produtos incompletos, danificados, incompatíveis entre si ou que não atendam às condições estabelecidas pela Administração.

A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo embalagem, transporte, carga, descarga, entrega e, quando aplicável, montagem dos mobiliários no local indicado pela Administração.

6.2. Forma de Fornecimento

O fornecimento será realizado em entrega única, contemplando a totalidade dos itens contratados, salvo se a Administração, por razões devidamente justificadas, autorizar cronograma diverso. Os mobiliários deverão ser entregues devidamente acondicionados e protegidos contra danos durante o transporte e manuseio.

Não será admitida a entrega parcial de componentes que impeça a utilização dos mobiliários, salvo quando previamente autorizada pela Administração e desde que não comprometa a finalidade da contratação. Quando houver necessidade de montagem, esta deverá ser realizada pela contratada, utilizando ferramentas, materiais e mão de obra próprios, sem qualquer custo adicional para a Administração.

**6.3. Entrega do Objeto**

A entrega dos mobiliários deverá ocorrer no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido no instrumento contratual ou documento equivalente.

No momento da entrega, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

a) nota fiscal correspondente ao fornecimento;

b) documentação de garantia dos produtos, quando aplicável;

c) manuais, instruções de montagem, utilização e conservação, quando fornecidos pelo fabricante;

d) relação dos itens entregues, com indicação das respectivas quantidades;

e) demais documentos eventualmente exigidos neste Termo de Referência ou solicitados pela Administração para comprovação da conformidade dos produtos.

Os produtos deverão ser entregues devidamente identificados e acondicionados, permitindo a conferência de suas características e quantidades pela Administração.

6.4. Conferência, Montagem e Verificação da Conformidade

Após a entrega, a Administração realizará a conferência dos mobiliários, verificando as quantidades, dimensões, materiais, acabamento, integridade física, estabilidade, funcionamento das portas, fechaduras, dobradiças e demais componentes, bem como a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Quando aplicável, a montagem dos mobiliários deverá ser realizada pela contratada no local indicado pela Administração, observando-se as condições do ambiente e as orientações técnicas do fabricante.

Caso sejam identificadas avarias, defeitos, divergências de quantidade, desconformidades nas especificações ou quaisquer outras irregularidades, a contratada deverá providenciar a substituição, correção ou complementação dos itens, no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

Os itens que apresentarem defeitos ou desconformidades não serão considerados definitivamente recebidos até que sejam devidamente corrigidos ou substituídos.

6.5. Recebimento do Objeto

O recebimento dos mobiliários observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e ocorrerá mediante verificação de sua conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. O recebimento provisório será realizado após a entrega dos bens, mediante conferência inicial das quantidades e das condições aparentes dos produtos.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos mobiliários com as especificações contratadas, inclusive quanto à qualidade, integridade, acabamento, funcionamento, montagem, quando aplicável, e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pela garantia, pelos vícios ou defeitos de fabricação e pelas demais responsabilidades previstas na legislação e no instrumento contratual.

6.6. Garantia e Substituição de Produtos

A contratada deverá assegurar a garantia dos mobiliários fornecidos, pelo prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas estruturais e demais problemas que comprometam sua utilização normal.

Durante o período de garantia, constatado defeito ou desconformidade não decorrente de uso inadequado pela Administração, a contratada deverá providenciar, conforme o caso, o reparo ou a substituição do item, sem qualquer ônus para a Administração.

Os produtos substituídos deverão ser novos e apresentar características iguais ou superiores às originalmente contratadas, observadas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

## 7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. Fiscalização e Gestão

**7.1.1** O Município de Mariana exercerá a fiscalização por intermédio de servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, que acompanhará a execução contratual, verificará a conformidade da entrega do mobiliário e demais obrigações previstas neste Termo de Referência, registrando todas as ocorrências e eventuais inconformidades em relatório próprio, cuja cópia será encaminhada à contratada. Verificada irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

**7.1.2** As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Mariana em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto ao fiel cumprimento do objeto contratado.

**7.1.3** Eventuais reclamações ou denúncias de irregularidades deverão ser apuradas imediatamente, mediante instauração dos procedimentos administrativos cabíveis e registro no histórico da execução contratual.

**7.1.4** O contrato decorrente da presente contratação será executado sob o regime de:

(X ) Escopo: a vigência está vinculada à conclusão do objeto.

( ) Contínuo: a vigência observará o prazo contratual estabelecido, admitida a prorrogação nas hipóteses previstas em lei.

**7.1.5** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

7.1.6 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante simples apostila, conforme disposto no art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.7 Será designado representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega, montagem, instalação e conformidade do mobiliário, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinando as providências necessárias para a regularização das falhas eventualmente constatadas.

7.1.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente da execução contratual, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou defeitos dos mobiliários fornecidos.

7.1.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como os responsáveis envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.1.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução contratual ou dos materiais empregados, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.11 O contratado responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo afastada ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.12 As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica.

7.1.13 A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção imediata das providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

7.1.14 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.15 Serão exigidas a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso tais documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.1.16 Os casos omissos de menor complexidade serão dirimidos entre a Administração e a contratada, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública, desde que não haja prejuízo ao interesse público. Os casos de maior complexidade serão submetidos à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer jurídico e posterior decisão da autoridade competente.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Critérios de Medição

Por se tratar de contratação de fornecimento de bens, a medição da execução contratual será realizada mediante a verificação do efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, considerando a entrega integral dos objetos, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A medição compreenderá a conferência de, no mínimo:

a) fornecimento integral dos mobiliários;
b) conformidade das especificações técnicas;
c) funcionamento adequado de todos os mobiliário;
d) entrega dos manuais, certificados, licenças e demais documentos exigidos;
e) cumprimento das condições de garantia e assistência técnica.

### 8.2. Recebimento do Objeto

O objeto será recebido em conformidade com os arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

I – Recebimento Provisório, mediante conferência quantitativa dos mobiliários entregues, da documentação apresentada e das condições aparentes do objeto.

II – Recebimento Definitivo, após a verificação da conformidade das especificações técnicas, realização dos testes necessários, e emissão do termo de recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

Constatada qualquer desconformidade, a contratada será notificada para promover a correção, substituição ou complementação do objeto, sem ônus para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização.

### 8.3. Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais. A Nota Fiscal deverá estar

acompanhada dos documentos exigidos pela legislação vigente, especialmente aqueles relativos à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando cabíveis.

**8.4. Prazo para Pagamento**

O pagamento será efetuado em parcela única, após a entrega integral do objeto, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou da Nota de Empenho, conforme o instrumento adotado pela Administração. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal, bem como dos documentos exigidos neste Termo de Referência, sendo o objeto submetido ao recebimento provisório e, após a verificação da conformidade das especificações técnicas, quantitativos e demais condições contratuais, ao recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

**8.5. Retenções e Glosas**

A Administração poderá realizar glosas, retenções ou suspender o pagamento, total ou parcialmente, quando constatado:

a) descumprimento das obrigações contratuais;
b) entrega do mobiliário em desacordo com as especificações técnicas;
c) execução parcial do objeto;
d) ausência de documentos exigidos para o recebimento;
e) qualquer irregularidade que impeça o recebimento definitivo da solução.

As retenções não afastam a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação e neste Termo de Referência, quando cabíveis.

**9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**9.1. Obrigações da Contratada**

**9.1.1** A empresa contratada deverá entregar o objeto em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

**9.1.2** A empresa contratada deverá seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de de fornecimento do objeto contratado.

**9.1.3** A contratada deverá cobrir por sua conta os gastos decorrentes da entrega do objeto.

**9.1.4** A contratada deverá apresentar junto às faturas, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução do contrato e manter durante a execução do objeto as condições de habilitação e qualificações exigidas.

**9.1.5** A contratada deverá substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que não satisfazerem a qualidade e condições previamente contratadas.

**9.1.6** A contratada deverá ressarcir todos os prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução do objeto do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.

**9.1.7** Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme os ditames da Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**9.1.8** A entrega do objeto deverá ocorrer nas condições e prazos previstos no presente contrato e no Termo de Referência.

**9.1.8.1** Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as especificações do Termo.

**9.1.9** As despesas decorrentes da devolução correrão por conta exclusiva da fornecedora, sem custos adicionais à CONTRATANTE.

**9.2. Obrigações da Contratante**

**9.2.1** Fornecer a orientação para a melhor execução do contrato, em especial a forma de fornecimento do mobiliário.

**9.2.2** Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ela conferidas.

**9.2.3** Após a entrega dos produtos, verificar se o mesmo se encontra de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência.

**9.2.4** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta.

**9.2.5** Emitir Autorização de Fornecimento ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da Administração designado, e comunicar à empresa, por meio de telefone, fax ou e-mail, a emissão da mesma.

**9.2.6** Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

**9.2.7** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

**9.2.8** Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.

**9.2.9** Notificar a empresa fornecedora sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega do objeto , para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

**9.2.10** O CONTRATANTE não responderá por qualquer incidente que envolva danos morais ou materiais ocorrido em razão da entrega dos produtos, seja pelos profissionais, seja em razão de terceiros, cabendo à CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1. Forma de Seleção**

A seleção do fornecedor será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os limites legais vigentes, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação será precedida de pesquisa de preços, análise da compatibilidade da proposta com os valores praticados no mercado e verificação do atendimento integral às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**10.2. Critério de Julgamento**

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global, desde que atendidas todas as especificações técnicas, requisitos de desempenho, condições de garantia, assistência técnica e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às especificações técnicas mínimas estabelecidas;
b) apresentarem preços inexequíveis ou excessivos, na forma da legislação;
c) contiverem informações falsas ou incompatíveis com as exigências da contratação;
d) deixarem de apresentar a documentação exigida para a contratação.

**10.3. Requisitos de Habilitação**

Para fins de contratação, o fornecedor deverá comprovar sua habilitação mediante a apresentação da documentação pertinente, especialmente:

**I – Habilitação Jurídica**

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, conforme a natureza jurídica da empresa.

**II – Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) inscrição no CNPJ;
b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
c) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
d) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**III – Qualificação Econômico-Financeira**

Quando exigível, mediante apresentação da documentação prevista na legislação aplicável.

**10.4. Condições para Contratação**

A empresa deverá:

a) apresentar proposta compatível com as especificações deste Termo de Referência;
b) fornecer mobiliario novos, de primeiro uso e em conformidade com as especificações técnicas;
c) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
d) responsabilizar-se pelo cumprimento das normas técnicas e da legislação aplicável à comercialização dos mobiliario.

## 11. REAJUSTE, REVISÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 11.1. Reajuste Contratual

11.1.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e nº 10.192/2001, e nos termos do § 3º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1.587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

11.1.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

11.1.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

11.1.4. O reajuste somente será aplicado a pedido do interessado, mediante requerimento protocolado ao Departamento de Documentação e Arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

11.2. Revisão Contratual (Reequilíbrio Econômico-Financeiro)

11.2.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais, somados a outros que julgar pertinentes, e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

11.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Infrações e Penalidades

**12.1.1.** Pela inexecução total ou parcial ou, ainda, infringência do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Município de Mariana poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

12.1.1.1. Advertência Escrita

Comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

12.1.1.2. Multa

A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente ao contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a execução do objeto no prazo e demais condições avençadas;

**b)** 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente ao contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

**c)** 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente ao contrato por ocorrência de reincidência de descumprimento de obrigação contratual;

**d)** 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente ao contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

**e)** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão.

Parágrafo único. Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do contrato.

12.1.1.3. Suspensão Temporária

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.1.1.4. Declaração de Inidoneidade

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**12.2. Processo Administrativo**

**12.2.1.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.2.** Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

**12.2.3.** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**12.2.4.** Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

**12.2.5.** As importâncias relativas às multas poderão, a critério do Município de Mariana, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados à contratada, podendo, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

**13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Dotação orçamentaria: 870 - 4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.710.502.3210 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS - SIGCOM 4281/2026 - MOBÍLIA SEGUPB.

**14. ASSINATURAS**

Eu, Raquel de Souza Oliveira, matrícula nº 13.900, Encarregada de Planejamento da Contratação, regularmente designada por Portaria do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 803/2024, declaro ser a responsável pela elaboração do presente Termo de Referência, cujo objeto consiste na aquisição de mobiliário destinado à estruturação dos vestiários e do refeitório do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, compreendendo armários individuais para os vestiários e conjuntos de mesas e bancos destinados ao refeitório, conforme quantidades, especificações técnicas, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A presente contratação tem por finalidade proporcionar estrutura adequada para a guarda individual e organizada de uniformes, equipamentos e pertences pessoais dos servidores e usuários dos vestiários, bem como assegurar condições apropriadas para a utilização do espaço destinado às refeições, contribuindo para a organização, funcionalidade, segurança, higiene, conforto e adequado aproveitamento das instalações do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública. A aquisição da mobiliária busca assegurar bens com qualidade,

resistência, durabilidade e acabamento compatíveis com a utilização institucional e coletiva dos ambientes, promovendo melhores condições de trabalho e utilização das instalações públicas, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, padronização e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Mariana, 17 de agosto de 2026.

Raquel de Souza Oliveira - Matricula 13900

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620

Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.09.13 20:24:56 -03'00'

Ramon Leonardo Magalhães
Secretário de Segurança Pública

# MAPA DE RISCOS

**Processo Licitatório:** Aquisição de Mobiliário
**Órgão Contratante:** Secretaria Municipal de Segurança Pública

**Objeto:** Aquisição de mobiliário destinado à estruturação e ao adequado funcionamento do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG, compreendendo armários individuais para os vestiários, mesas e bancos para o refeitório e bancada para cozinha, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas nos documentos da contratação.

## 1. INTRODUÇÃO

Este Mapa de Riscos tem como objetivo identificar, analisar e propor medidas preventivas e mitigadoras para os riscos inerentes ao processo de contratação de mobiliário destinado à estruturação do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG.

A gestão de riscos constitui instrumento de planejamento e controle destinado a assegurar a adequada definição do objeto, a seleção de solução compatível com a necessidade administrativa, a eficiência da contratação, a qualidade dos bens fornecidos e o adequado emprego dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que o objeto compreende mobiliário de utilização institucional e permanente, os principais riscos estão relacionados à definição inadequada das especificações, dimensionamento dos quantitativos, pesquisa de preços, qualidade dos materiais, compatibilidade das dimensões, transporte, entrega, montagem, recebimento e garantia dos produtos.

| Risco | Probabilidade | Impacto | Nível | Medida Preventiva | Medida Mitigadora |
|---|---|---|---|---|---|
| **Especificação inadequada dos mobiliários** | Baixa | Alto | Médio | Elaboração de especificações técnicas claras, objetivas e compatíveis com a finalidade dos ambientes | Revisão das especificações e adequação do objeto antes da contratação |
| **Erro nas dimensões dos mobiliários** | Média | Alto | Médio | Conferência das medidas dos ambientes e definição de | Recusa do item em desacordo e substituição pela contratada |

| Risco | Probabilidade | Impacto | Nível | Medida Preventiva | Medida Mitigadora |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | dimensões compatíveis no planejamento | |
| **Quantitativo insuficiente ou superdimensionado** | Baixa | Médio | Baixo | Levantamento das necessidades dos vestiários, refeitório e cozinha | Ajuste do planejamento ou contratação complementar, se necessária e legalmente cabível |
| **Inconsistência na pesquisa de preços** | Média | Médio | Médio | Utilização de fontes diversificadas e referências compatíveis com as especificações pretendidas | Complementação ou revisão da pesquisa de preços |
| **Fornecimento de mobiliário com qualidade inferior à especificada** | Média | Alto | Médio | Definição objetiva dos materiais, espessuras, ferragens, acabamento, resistência e demais requisitos mínimos | Recusa do produto e substituição pela contratada sem ônus para a Administração |
| **Fornecimento em desacordo com as especificações contratadas** | Baixa | Alto | Médio | Conferência dos produtos no recebimento e fiscalização da execução | Recusa do recebimento, registro da desconformidade e substituição dos itens |
| **Avarias ou danos durante o transporte** | Média | Médio | Médio | Exigência de acondicionamento e proteção adequada dos mobiliários durante o transporte | Substituição dos produtos danificados pela contratada |
| **Atraso na entrega dos mobiliários** | Média | Médio | Médio | Definição de prazo adequado e acompanhamento da execução contratual | Notificação da contratada, aplicação das medidas contratuais cabíveis e reprogramação da entrega |
| **Falhas na montagem ou instalação** | Baixa | Alto | Médio | Previsão de montagem quando necessária e | Correção ou remontagem pela |

| Risco | Probabilidade | Impacto | Nível | Medida Preventiva | Medida Mitigadora |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | exigência de execução conforme as orientações do fabricante | contratada, sem custo adicional |
| **Incompatibilidade dos mobiliários com os espaços físicos** | Baixa | Alto | Médio | Conferência prévia das dimensões e características dos ambientes | Substituição ou correção dos itens em desconformidade, conforme condições contratuais |
| **Ausência ou insuficiência de garantia** | Baixa | Médio | Baixo | Definição expressa das condições e prazo de garantia no instrumento contratual | Acionamento da garantia e exigência de reparo ou substituição do item defeituoso |
| **Desgaste prematuro dos mobiliários** | Baixa | Médio | Baixo | Exigência de materiais, estruturas, ferragens e acabamentos compatíveis com uso institucional contínuo | Acionamento da garantia quando caracterizado defeito de fabricação ou desconformidade |
| **Dificuldade de limpeza e conservação** | Baixa | Médio | Baixo | Exigência de superfícies e acabamentos adequados à higienização dos ambientes | Solicitação de correção ou substituição quando o produto não atender às características contratadas |
| **Divergência entre quantidade entregue e quantidade contratada** | Baixa | Médio | Baixo | Conferência quantitativa no recebimento | Recusa do recebimento ou exigência de complementação pela contratada |
| **Falhas no recebimento e fiscalização dos bens** | Baixa | Alto | Médio | Designação de responsável pelo acompanhamento e conferência dos produtos | Registro da ocorrência, conferência posterior e adoção das medidas administrativas cabíveis |

## 2. AVALIAÇÃO GERAL DOS RISCOS

A presente contratação apresenta nível de risco global classificado como baixo a médio, considerando tratar-se de aquisição de mobiliário de uso institucional, constituído por bens disponíveis no mercado e cujos padrões de desempenho, qualidade, dimensões e características podem ser objetivamente definidos pela Administração.

Os principais riscos identificados estão relacionados à adequação das especificações técnicas, compatibilidade das dimensões com os ambientes, qualidade dos materiais, pesquisa de preços, cumprimento dos prazos de entrega e conformidade dos produtos no momento do recebimento.

Tais riscos são conhecidos pela Administração e podem ser adequadamente controlados por meio de planejamento prévio, definição objetiva das especificações, pesquisa de preços com fontes diversificadas, fiscalização do fornecimento e conferência dos produtos no recebimento.

Destaca-se que a adoção de especificações técnicas compatíveis com a finalidade dos ambientes, a definição adequada dos quantitativos, a exigência de produtos novos e de primeiro uso, a previsão de garantia e a conferência quantitativa e qualitativa dos bens contribuem significativamente para a redução dos riscos identificados.

A fiscalização deverá verificar especialmente as dimensões, quantidade, materiais, acabamento, estabilidade, ferragens, fechaduras, estruturas e demais características previstas para cada item, evitando o recebimento de produtos em desconformidade com o objeto contratado.

Dessa forma, os riscos identificados são considerados controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à contratação, desde que sejam observadas as medidas preventivas e mitigadoras estabelecidas neste Mapa de Riscos e nos demais documentos do processo.

## 3. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação **é** tecnicamente viável, operacionalmente adequada e administrativamente controlável, apresentando nível de risco compatível com a natureza do objeto.

A adoção das medidas de planejamento, controle, fiscalização e gestão previstas nos documentos da contratação contribuirá para assegurar o adequado fornecimento dos mobiliários, a compatibilidade dos produtos com os ambientes do novo prédio, a qualidade dos bens adquiridos e a correta aplicação dos recursos públicos.

Os riscos identificados concentram-se principalmente nas etapas de planejamento da contratação, especificação dos bens, pesquisa de preços, fornecimento, entrega, montagem e recebimento, podendo ser reduzidos mediante adequada atuação dos responsáveis pelo planejamento e pela fiscalização contratual.

Assim, desde que observadas as medidas preventivas e mitigadoras estabelecidas, não foram identificados riscos capazes de inviabilizar a contratação, sendo a solução considerada adequada para atender à necessidade de estruturação dos vestiários, refeitório e cozinha do novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mariana/MG.

Mariana, 18 de agosto de 2026.

Responsável pela elaboração:
Raquel de Souza Oliveira - Matrícula 13900

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620

Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.08.18 13:44:52 -03'00'

Aprovação,

Ramon Leonardo Magalhães
Secretário de Segurança Pública

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO À NATUREZA DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de mobiliário destinado ao novo prédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública, conforme especificações, dimensões, materiais e padrões mínimos de qualidade previamente definidos pela Administração, incluindo fornecimento, transporte, entrega, montagem e instalação, quando necessárias. O próprio Termo de Referência caracteriza o objeto como aquisição de bens permanentes e estabelece que os serviços eventualmente necessários à disponibilização dos móveis possuem caráter acessório ao fornecimento.

O fato de a empresa que apresentou o menor preço na pesquisa de mercado exercer atividade de marcenaria não altera a natureza jurídica da contratação. Nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, compra consiste na aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. A classificação do objeto decorre, portanto, da prestação principal pretendida pela Administração, e não da denominação, atividade econômica ou processo produtivo utilizado pelo fornecedor para produzir o bem.

No caso concreto, a Secretaria não pretende contratar o desenvolvimento de um projeto personalizado de mobiliário planejado, mas receber bens acabados que atendam às dimensões e aos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência. As especificações inclusive admitem produtos de diferentes fabricantes e modelos, desde que atendam ou superem os requisitos de qualidade, resistência, funcionalidade e compatibilidade dimensional definidos pela Administração.

A contratação como mobiliário planejado sob medida implicaria solução distinta e potencialmente mais onerosa, envolvendo, conforme o caso, levantamento e conferência técnica in loco, medição individualizada dos ambientes, elaboração e aprovação de projeto executivo/detalhamento de fabricação, definição de modulação, ferragens, interfaces e pontos de fixação, fabricação personalizada, instalação, regulagens e ajustes finais, além de eventual responsabilidade técnica quando a atividade estiver sujeita à legislação profissional específica. Tais etapas não constituem necessidade identificada pela Secretaria e tenderiam a agregar custos sem correspondente benefício para a finalidade administrativa pretendida.

Essa opção encontra respaldo no art. 18, §1º, incisos V e IX, da Lei nº 14.133/2021, que determina que o planejamento examine as alternativas disponíveis no mercado e justifique técnica e

economicamente a solução escolhida, inclusive quanto aos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos. O art. 40 da mesma Lei determina ainda que o planejamento das compras considere as condições usuais do mercado, a padronização, a economicidade e os requisitos de qualidade, durabilidade e segurança.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União reforça essa compreensão. No Acórdão nº 1.893/2017-Plenário, o TCU analisou contratação cujo objeto foi expressamente qualificado como "aquisição de mobiliário, incluindo-se fornecimento, montagem e instalação", mantendo a natureza de aquisição mesmo com as atividades necessárias à colocação dos bens em condições de uso. No mesmo sentido, o Acórdão nº 2.826/2009-Plenário tratou como fornecimento de mobiliário contratação que igualmente compreendia sua instalação.

Assim, considerando que a necessidade administrativa consiste na obtenção do mobiliário pronto e adequado ao uso, e que a proposta de menor valor identificada na pesquisa de mercado atende às especificações técnicas estabelecidas, entende-se tecnicamente adequada a manutenção da contratação como aquisição de bens, ainda que o fornecedor vencedor seja uma marcenaria e fabrique os itens necessários. A fabricação, montagem ou adaptação dimensional necessária à entrega do produto não transforma, por si só, a obrigação principal em prestação de serviço.

Para a Secretaria Municipal de Segurança Pública, o elemento determinante é assegurar economicidade, qualidade, durabilidade e atendimento efetivo da necessidade administrativa, selecionando a solução que entregue o mobiliário especificado pelo menor custo global compatível com a qualidade exigida, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

Mariana, 13 de setembro de 2026.

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620

Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.09.13 20:09:35 -03'00'

Ramon Leonardo Magalhães
Secretário de Segurança Publica
Mariana/MG

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **02.817.825/0001-29**<br>**MATRIZ** | | **07/10/1998** |

NOME EMPRESARIAL
**MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| **MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS** | **EPP** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**16.22-6-02 - Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais**
**16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção**
**43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material**
**31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **R C** | **81** | ******** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **35.420-000** | **SAO CRISTOVAO** | **MARIANA** | **MG** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **CONTABILIDADEBAETA@YAHOO.COM.BR** | **(31) 3557-3495** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **04/09/2004** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/09/2026** às **19:58:42** (data e hora de Brasília).

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "MADEREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP"**

**FERNANDO DO ROSÁRIO PENA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado à Rua Flor de Lins, nº 111, Apto 101, bloco E, bairro Jardim dos Inconfidentes, Mariana-MG, portador C.I. nº M-2.217.130, expedida pela SSP/MG em 01.12.1979 e C.P.F. nº 438.224.106-59, nascido aos 26.10.1960, filho de Geraldo Xisto Pena e Carmem Muniz Pena, e **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliada à Rua Flor de Lins, nº 111, Apto 101, bloco E, bairro Jardim dos Inconfidentes, Mariana-MG, portadora da C.I. nº M-6.185.482 expedida pela SSP/MG em 15.09.1989 e C.P.F. nº 870.529.466-53, natural de Cachoeira do Brumado em Mariana-MG, nascida aos 01.10.1966, filha de Mário Custódio de Araújo e Darcy de Oliveira, únicos sócios componentes da sociedade Empresária Limitada que gira sob a denominação social de **"MADEREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP",** estabelecida à Rodovia Mariana/Samarco, Km 520, Bairro Vamos-Vamos em Mariana-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 02.817.825/0001-29 com contrato social devidamente registrado na JUCEMG sob o nº. 3120554420-2 em 07.10.1998 e primeira alteração sob o nº 1817554 em 04.10.1999, resolveram de comum acordo consolidar seu contrato constitutivo mediante as clausulas e condições seguintes:

I - A sociedade continua com a denominação social de **"MADEREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP",** estabelecida à Rodovia Mariana/Samarco, Km 520, bairro Vamos-Vamos em Mariana-MG - CEP 35.420.000.

II - O objetivo comercial da empresa continua sendo de: comércio de madeira em geral, fabricação de móveis e esquadrias em madeira.

III - O capital social continua sendo de R$15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 1.500 (mil e quinhentas) quotas, no valor de R$10,00 (dez reais) cada, distribuído da seguinte forma:

**FERNANDO DO ROSÁRIO PENA,** 750 (setecentas e cinqüenta) quotas no valor de R$10,00 (dez reais) cada, perfazendo a sua quota parte de 50% .....R$7.500,00
**MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA**, 750 (setecentas e cinqüenta) quotas no valor de R$10,00 (dez reais) cada, perfazendo a sua quota parte de 50% .....R$7.500,00
**TOTALIZANDO.....R$15.000,00**

IV - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

V - A sociedade continua sendo por prazo indeterminado;

VI-A sociedade é empresária sob forma de sociedade limitada, regida pelo novo C.C. (Lei nº 10.406 de 10/01/2002) art. 1.052 e seguintes;

VII-As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, alteração contratual pertinente;

VIII-Fica estabelecido que a sociedade não tem Conselho Fiscal, todavia, para suas deliberações os sócios adotam preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3º do art. 1.072 do CC. Tornando-se, portanto dispensáveis a reunião ou assembléia quando todos os sócios decidirem;

**CONTINUA**

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

**JUCEMG - UD154**
UD154 - MF MARIANA
**14/074.182-8**

| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) | Código da Natureza Jurídica | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |
|---|---|---|
| 31205544202 | 2062 | |

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP
J143109005543

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 002 | - | - | ALTERACAO |
| | | 021 | 1 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| | | 2247 | 1 | ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL |
| | | 2244 | 1 | ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) |
| | | 2211 | 1 | ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO |

(A) Juliana
Adv.

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

MARIANA
Local

Nome: _____
Assinatura: Fernanda Rezende Dias
Telefone de Contato: _____

13 Agosto 2014
Data

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão
___/___/___
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR — 2ª Exigência — 3ª Exigência — 4ª Exigência — 5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐ ☐
☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

18/08/14
Data

Certa Comércio Corretora... Análise de Documentos e Atos Empresa... JUCEMG - MASP: 1238381-6
Responsável

DECISÃO COLEGIADA — 2ª Exigência — 3ª Exigência — 4ª Exigência — 5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐ ☐ ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

___/___/___
Data

_____
Vogal

Pr

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: **5356953**
EM **19/08/2014**
#MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP#

PROTOCOLO: **14/074.182-8**

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

**AH1419325**

JUCEMG

DAN

Certifico que este documento da empresa MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP, Nire: 3120554420-2 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5356953 em 19/08/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/074.182-8 e o código de segurança BVFb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/08/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

V - A sociedade continua sendo por prazo indeterminado;

VI-A sociedade é empresária sob forma de sociedade limitada, regida pelo novo C.C. (Lei nº 10.406 de 10/01/2002) art. 1.052 e seguintes;

VII-As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, alteração contratual pertinente;

VIII-Fica estabelecido que a sociedade não tem Conselho Fiscal, todavia, para suas deliberações os sócios adotam preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3º do art. 1.072 do CC. Tornando-se, portanto dispensáveis a reunião ou assembleia quando todos os sócios decidirem;

IX-A administração da sociedade, que era exercida isoladamente pelo sócio **FERNANDO DO ROSÁRIO PENA, passa a ser, exercida pelos sócios, FERNANDO DO ROSARIO PENA e MARIA APARECIDA DE ARAUJO PENA** a qual farão uso do nome empresarial, podendo assinar isoladamente, ficando por este motivo, expressamente proibidos de subscreverem endossos, saques de favor, fianças ou abonos que possam envolver a responsabilidade social. Os sócios **FERNANDO DO ROSÁRIO PENA e MARIA APARECIDA DE ARAUJO PENA**, respondem perante a sociedade e terceiros pelo excesso de mandato que praticarem com violação da lei e do contrato social e representam a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, e tem os mais amplos poderes de administração, distribuindo e se incumbindo dos encargos e da administração social. O pedido judicial de concordata, autofalência, ou qualquer outro ato jurídico que afete as atividades sociais, só produzem os efeitos quando subscrito por todos os sócios;

X-Os administradores **FERNANDO DO ROSARIO PENA e MARIA APARECIDA DE ARAUJO PENA** declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

XI-Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

XII-Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

XIII-As modificações do contrato social que tenha por objeto materiais tais como: denominação, sede, objeto, administração, aumento de capital, admissão de novos sócios, destinação de lucros, somente poderão ser processadas por



Certifico que este documento da empresa MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP, Nire: 3120554420-2 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5356953 em 19/08/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/074.182-8 e o código de segurança BVFb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/08/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

deliberação unânime dos sócios, tornando-se dispensáveis reuniões ou assembleia quando os sócios decidirem por escrito, como determina a clausula VIII;

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançados pelo presente instrumento permanecem em vigo

E por se acharem em perfeito acordo, de tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença das testemunhas abaixo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mariana (MG), 11 de agosto de 2014.

2º OFÍCIO

Fernando do Rosario Pena
FERNANDO DO ROSÁRIO PENA

2º OFÍCIO

Maria Aparecida de Araujo Pena
MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA

2º OFÍCIO DE NOTAS MARIANA - MG BPJ 27659

2º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE MARIANA / MG BEL. GIOVANI DOS REIS SILVA - Tabelião
R. Direita, 118, Centro - Mariana / MG - CEP: 35.420-000 - Fone: (31) 3558.5454 - E-mail: cartorio2oficiomariana@yahoo.com.br

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de: Selo(s).
FERNANDO DO ROSARIO PENA BPJ27659
Local e Data: Mariana 14/08/2014 16:13:23
Dou Fé: RENATA CRISTINA ROQUE DE SOUZA
EMOL:R$ 3,90 FISC JUD:R$ 1,21 TOTAL: R$ 5,11

2º OFÍCIO DE NOTAS MARIANA - MG BPJ 27660

2º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE MARIANA / MG BEL. GIOVANI DOS REIS SILVA - Tabelião
R. Direita, 118, Centro - Mariana / MG - CEP: 35.420-000 - Fone: (31) 3558.5454 - E-mail: cartorio2oficiomariana@yahoo.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: Selo(s).
MARIA APARECIDA DE ARAUJO PENA BPJ27660
Local e Data: Mariana 14/08/2014 16:13:24
Dou Fé: RENATA CRISTINA ROQUE DE SOUZA
EMOL:R$ 3,90 FISC JUD:R$ 1,21 TOTAL: R$ 5,11

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO:5356953
EM 19/08/2014
#MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP#

PROTOCOLO: 14/074.182-8

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

AH1419326

JUCEMG



Certifico que este documento da empresa MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP, Nire: 3120554420-2 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5356953 em 19/08/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/074.182-8 e o código de segurança BVFb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/08/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

## TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA - EPP"

**FERNANDO DO ROSÁRIO PENA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua 9 de julho, nº 96, bairro Vila Maquiné, Mariana/MG, portador CI nº M-2.217.130, expedida pela SSP/MG em 01/12/1979 e CPF nº 438.224.106-59, nascido aos 26/10/1960, filho de Geraldo Xisto Pena e Carmem Muniz Pena, e **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliada à Rua 9 de julho, nº 96, bairro Vila Maquiné, Mariana/MG, portadora da CI nº M-6.185.482 expedida pela SSP/MG em 15/09/1989 e CPF nº 870.529.466-53, natural de Cachoeira do Brumado em Mariana-MG, nascida aos 01/10/1966, filha de Mário Custódio de Araújo e Darcy de Oliveira, únicos sócios componentes da sociedade Empresária Limitada que gira sob a denominação social de **"MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP",** estabelecida à Rodovia Mariana/Samarco, Km 520, Bairro Vamos-Vamos em Mariana-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 02.817.825/0001-29 com contrato social devidamente registrado na JUCEMG sob o nº. 3120554420-2 em 07/10/1998 e primeira alteração sob o nº 1817554 em 04/10/1999; segunda alteração sob o nº 3065938 em 04/02/2004, resolveram de comum acordo alterar seu contrato constitutivo mediante as clausulas e condições seguintes:

I - A sociedade continua com a denominação social de **"MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP",** e sua sede **que era** à Rodovia Mariana/Samarco, Km 520, bairro Vamos-Vamos em Mariana-MG, CEP 35.420.000, **passa a ser** à Rua C, nº 81 bairro São Cristóvão em Mariana/MG, CEP: 35.420-000.

II - O objetivo comercial da empresa que era de: comércio de madeira em geral, fabricação de móveis e esquadrias em madeira, **passa a ser,** comércio varejista de madeira em geral e artefatos, fabricação de moveis em madeira, esquadrias de madeira, peças de madeira para instalações industriais e comerciais, serviços de carpintaria e serralheria em madeira, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos.

III- O capital social que era de R R$15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 1.500 (mil e quinhentas) quotas, no valor de R$10,00 (dez reais) cada, **passa a ser** de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) quotas de R$10,00 (dez reais) cada, O sócio **FERNANDO DO ROSÁRIO PENA** integraliza R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) e a sócia **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA** integraliza R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país, distribuído da seguinte forma:

| NOME | % | Nº. DE QUOTAS | VALOR R$ |
|---|---|---|---|
| FERNANDO DO ROSÁRIO PENA | 50 | 2.500 | R$ 25.000,00 |
| MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA | 50 | 2.500 | R$25.000,00 |
| **TOTAL** | **100** | **5.000** | **R$50.000,00** |

IV - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;



Certifico que este documento da empresa MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP, Nire: 3120554420-2 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5356953 em 19/08/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/074.182-8 e o código de segurança BVFb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/08/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

**CONTINUAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "MADEREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP"**

IX-A administração da sociedade, continua sendo exercida isoladamente pelo sócio **FERNANDO DO ROSÁRIO PENA,** a qual fará uso do nome empresarial, ficando por este motivo, expressamente proibido subscrever endossos, saques de favor, fianças ou abonos que possam envolver a responsabilidade social. O sócio **FERNANDO DO ROSÁRIO PENA**, responde perante a sociedade e terceiros pelo excesso de mandato que praticar com violação da lei e do contrato social e representa a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, e tem os mais amplos poderes de administração, distribuindo e se incumbindo dos encargos e da administração social. O pedido judicial de concordata, autofalência, ou qualquer outro ato jurídico que afete as atividades sociais, só produzem os efeitos quando subscrito por todos os sócios;

X-O administrador **FERNANDO DO ROSARIO PENA** declara sob as penas da Lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

XI-Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

XII-Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

XIII-As modificações do contrato social que tenha por objeto materiais tais como: denominação, sede, objeto, administração, aumento de capital, admissão de novos sócios, destinação de lucros, somente poderão ser processadas por deliberação unânime dos sócios, tornando-se dispensáveis reunião ou assembléia quando os sócios decidirem por escrito, como determina a clausula VIII;

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançados pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, de tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença das testemunhas abaixo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mariana (MG), 10 de dezembro de 2003.

**FERNANDO DO ROSÁRIO PENA**

**MARIA APARECIDA DE ARAÚJO PENA**

**TESTEMUNHAS:**

ODILON DE SOUZA BAÊTA
CRC/MG 32.806

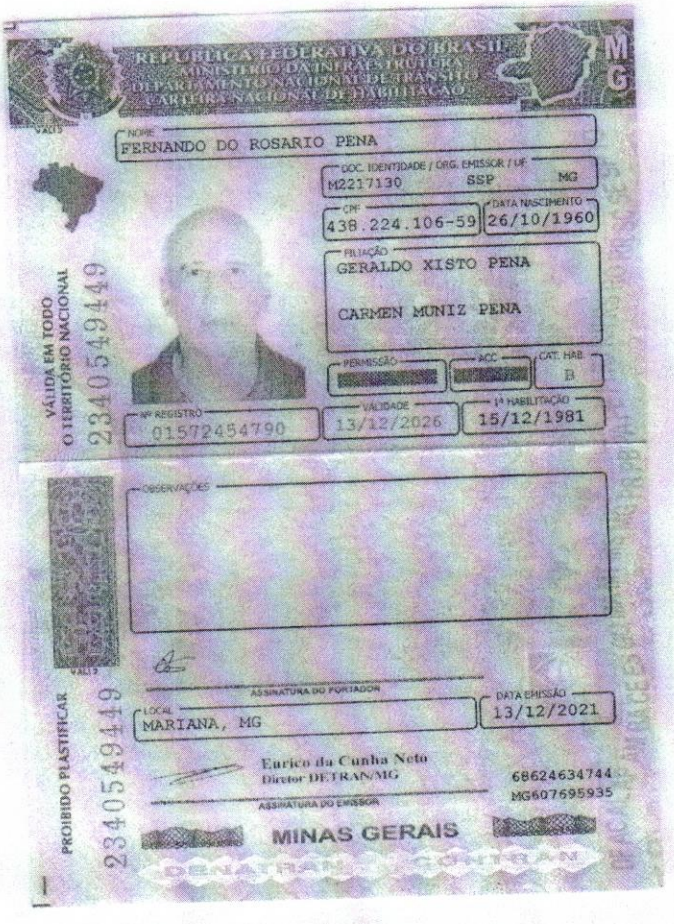
MARIA AUGUSTA BEZERRA BAÊTA
CI-M-2.624.498

FLÁVIO DE SOUZA BAÊTA
M-4.569.519 - SSP/MG

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: 3065938
DATA: 04/02/2004 PROTOCOLO: 038874687

#MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA -EPP#

MARCOS TITO


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
MG
NOME
FERNANDO DO ROSARIO PENA
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
M2217130 SSP MG
CPF
438.224.106-59
DATA NASCIMENTO
26/10/1960
FILIAÇÃO
GERALDO XISTO PENA
CARMEN MUNIZ PENA
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB
B
Nº REGISTRO
01572454790
VALIDADE
13/12/2026
1ª HABILITAÇÃO
15/12/1981
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
23405494 49
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
MARIANA, MG
DATA EMISSÃO
13/12/2021
Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG
ASSINATURA DO EMISSOR
68624634744
MG607695935
PROIBIDO PLASTIFICAR
23405494 49
MINAS GERAIS
DETRAN-MG CONTRAN

| Comp | Banco | Agência | DV | C1 | Conta | C2 | Série | Cheque Nº | C3 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 018 | 001 | 2279 | 9 | 6 | 6.027-5 | 2 | 800 | 851082 | 2 | R$ |

Pague por este cheque a quantia de _____ e centavos acima

_____ ou à sua ordem

a _____ de _____ de _____

**Cheque Ouro Empresarial**

BANCO DO BRASIL

MARIANA MG
00.000.000/2857-65
PESSOA JURIDICA
AV SALVADOR FURTADO 58
CONFECCAO 03/2026

MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA-EPP
CNPJ 02.817.825/0001-29
CLIENTE BANCARIO DESDE 06/1999

⑈018⑈ ⑆001⑆ 02279⑆9 ⑆6027⑆5 ⑈851082⑈

# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Certidão de Débitos Tributários

## Negativa

**Data de emissão**
18/08/2026

**Data de validade**
16/11/2026

**Razão Social**
MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA

**CNPJ**
02.817.825/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de ajudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

**Código de controle de autenticidade**
6827-D631-67A2-9F59-30E4-83AC-3346-16A8

Data: 18/08/2026 14h10min

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

| Número | Validade |
|---|---|
| 11915 | 16/11/2026 |

# CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA CNPJ: 02817825000129

Aviso

Com débitos pendentes até a presente data.

| Comprovação Junto à | Finalidade |
|---|---|
| | |

Mensagem

Certificamos que até a presente data constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar outros débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWBEJD3DLG4GQKT3

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mariana.mg.gov.br/

Mariana (MG), 18 de Agosto de 2026

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA**
**CNPJ: 02.817.825/0001-29**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:07:54 do dia 18/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/02/2027.
Código de controle da certidão: **7C09.E762.E636.2072**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.817.825/0001-29
Certidão nº: 70466990/2026
Expedição: 18/08/2026, às 14:05:59
Validade: 14/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.817.825/0001-29, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02.817.825/0001-29
**Razão social:** MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA
**Endereço:** RUA C 81 / SAO CRISTOVAO / MARIANA / MG / 35420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/09/2026 a 08/10/2026

**Certificação Número:** 2026090921130836041701

Informação obtida em 28/09/2026 07:32:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

E-Mail

Mais

Mensagens 5 de 3405

Criar email

- **Caixa de entrada (799)**
- **Rascunhos (1) (439)**
- **Enviados (1)**
- **Spam (5)**
- **Lixeira (2)**
- APPA
- **AUTOBEL 2023 (5)**
- **CONTRATOS (33)**
- CONVENIOS PM, CIVIL, BM
- CRISTIANE COSTA
- **INTERDIÇÃO DE VI... (33)**
  - **APPA**
- JARI
- JORGE
- **LICITAÇÃO GISLAI... (21)**
- LIDOS 2021
- LUIZ TRANSPORTES
- **MECÂNICA- Auto M... (1)**
- MOVE
- **OFICIO (10)**
- ORÇAMENTO 2025
- PLANEJAMENTO
- RESPONDIDOS
- Rose Rotativo
- ROTATIVO
- SEMAFORO
- SERPRO
- SINALIZAÇÃO
- TARIFA ZERO
- TAXI
- VEÍCULOS ABANDONAD...
  - AMANDA GARAGEM

# Cotação

**fabiana arantes**

Para:

Sex. 16:10

Visualizar anexo
Boa tarde!
tudo bem?

Segue em anexo a cotação.

Atenciosamente,

Fabiana Arantes
*Departamento Financeiro*

***Gonçalves Conter - Arantes Móveis***
031 98217-0309

Horário Atendimento: 08:00-11:00 e 12:00-17:00.

**1 anexo**

Cotação.pdf
145 KB
PDF

89% usado





Criar email

**Caixa de entrada (816)**
Rascunhos (452)
**Enviados (1)**
**Spam (7)**
**Lixeira (4)**
APPA
**AUTOBEL 2023 (5)**
**CONTRATOS (35)**
CONVENIOS PM, CIVIL, ...
CRISTIANE COSTA
**INTERDIÇÃO DE ... (33)**
**APPA**
JARI
JORGE
**LICITAÇÃO GISLA... (21)**
LIDOS 2021
LUIZ TRANSPORTES
**MECÂNICA- Auto ... (1)**
MOVE
**OFICIO (10)**
ORÇAMENTO 2025
PLANEJAMENTO
RESPONDIDOS
Rose Rotativo
ROTATIVO
SEMAFORO
SERPRO
SINALIZAÇÃO
TARIFA ZERO
TAXI
VEÍCULOS ABANDONA...
AMANDA GARAGEM

# Orçamento

**gonçalves arantes**
Para

Sex. 10:57

Visualizar anexo
Bom dia!

Segue o orçamento dos itens solicitados.

Qualquer dúvida estamos a disposição.

*Gentileza confirmar o recebimento.*

***Gonçalves Center***
(31) 98662-4254

**1 anexo**

ORÇAMENTO - SEC SEGURANÇA.pdf
780 KB

PDF

# ARANTES MÓVEIS

FABIANA APARECIDA ARANTES
CNPJ: 10.741.113/0001-00 RUA SANTANA, 391 BAIRRO CENTRO, MARIANA/MG
TELEFONE:(31)3557-3733
EMAIL: biarantes22@yahoo.com.br

| Mercadoria | Quant | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|
| ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO, MDF, com dimensões aproximadas de 0,60 x 0,40 x 0,40 m, portas individuais, prateleiras internas, fechadura com chave, dobradiças metálicas, fundo em MDF, pés ou base. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 175 | R$ 282,50 | R$ 49.437,50 |
| ARMÁRIOS PARA COZINHA, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1,20 m, profundidade mínima 30 cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 4 | R$ 2.525,00 | R$ 10.100,00 |
| BANCADA PARA COZINHA, 14,00 metros lineares, em módulos, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente, bordas acabadas. Profundidade aproximada de 40 cm e altura de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 14 | R$ 699,90 | R$ 9.798,60 |
| BANCO PARA VESTIÁRIO, dimensões mínimas 1,50 x 40 cm x 30, madeira de lei ou nobre, estrutura resistente e estável, acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. | 4 | R$ 1.350,00 | R$ 5.400,00 |
| | | | - |
| | | | - |
| | | | - |
| | | | - |
| | | | - |
| | | | - |
| | | **TOTAL:** | **R$ 74.736,10** |

Mariana, 04 de setembro de 2026.

Fabiana A. Arantes

Fabiana Aparecida Arantes

# GONÇALVES CENTER MÓVEIS, ELETRO E ARMARINHO LTDA

CNPJ: 08.808.937/0001-08 Rua Diamantina, nº 380, Cabanas
Mariana/MG. Fone: 0313558-1495.
Email: goncalvesarantes1@outlook.com

| Mercadoria | Quant | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|
| ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO, MDF, com dimensões aproximadas de 0,60 x 0,40 x 0,40 m, portas individuais, prateleiras internas, fechadura com chave, dobradiças metálicas, fundo em MDF, pés ou base. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 175 | R$ 269,00 | R$ 47.075,00 |
| ARMÁRIOS PARA COZINHA, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1,20 m, profundidade mínima 30 cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 4 | R$ 2.210,00 | R$ 8.840,00 |
| BANCADA PARA COZINHA, 14,00 metros lineares, em módulos, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente, bordas acabadas. Profundidade aproximada de 40 cm e altura de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 14 | R$ 703,50 | R$ 9.849,00 |
| BANCO PARA VESTIÁRIO, dimensões mínimas 1,50 x 40 cm x 30, madeira de lei ou nobre, estrutura resistente e estável, acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. | 4 | R$ 1.219,90 | R$ 4.879,60 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | **TOTAL:** | **R$ 70.643,60** |

16 de setembro de 2026.

[08.808.937/0001-08]
Gonçalves Center Móveis,
Eletro e Armarinho Ltda
Rua Diamantina 380 LJ piso 1,2 e 3
Bairro Cabanas
CEP 35.428-321
Mariana MG

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
# SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Solicitante do orçamento: Raquel de Souza
Setor: Secretaria de Segurança Pública

FORNECEDOR: Fernando do Rosário Pena

CARIMBO/ CNPJ

Razão Social: MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA

Endereço: rua C , número 81, bairro : São Cristóvão – MARIANA mg

Telefone: (31)997773054

E-mail: rominasmadeiras@hotmail.com

CNPJ: 028178250001-29

Data: 17/08/2026

Dados Bancários: Pagamento S.A.

Agência: 2279-9

Número da conta: 6027-5

Tipo: jurídico

CNPJ: 02817825/0001-29

Nome: madeireira e marcenaria rominas

Fernando do Rosário Pena
Madereira e Marcenaria Rominas Ltda
Fernando do Rosário Pena

02.817.825/0001-29
Madeireira e Marcenaria Rominas Ltda
Rodovia Mariana Samarco Km 520 s/nº
Vamos-Vamos - CEP 35.420.000
Mariana - MG

**Descrição e quantitativo dos produtos a serem cotados.**

| ITEM | UNID. | QTD.. | DESCRIÇÃO DO ITEM | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | UND | 175 | Armário para vestiário, MDF, com dimensões aproximadas de 0,60 X 0,40 X 0,40 m, podendo ser disposto em módulos verticais ou horizontal conforme o espaço disponível. Possuir portas individuais, prateleiras internas, fechadura individual com chave, dobradiças metálicas e acabamento resistente. Fundo em MDF, pés ou base com | R$ 235,15 | R$ 41.151,25 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | proteção contra umidade e facilidade de limpeza. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. | | |
| 02 | UND | 04 | Armários para cozinha, MDF ou MDP, três portas, com dimensões aproximadas 1.20, profundidade mínima 30cm, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | R$ 2.325,00 | R$ 9.300,00 |
| 03 | UND | 14 | Bancada para cozinha, 14,00 metros lineares, fornecida em módulos, podendo ser composta por unidades de diferentes comprimentos disponíveis no mercado, desde que o conjunto totalize, no mínimo, 14,00 metros lineares e atenda às especificações técnicas estabelecidas, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo, com bordas devidamente acabadas. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Dimensões com profundidade aproximada de 40 cm e altura aproximada de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | R$ 658,33 METRO | R$ 9.216,20 |

02.817.825/0001-29
Madeireira e Marcenaria Rominas Ltda
Rodovia Mariana/Samarco Km 520 s/nº
Vamos-Vamos - CEP 35.420.000
Mariana - MG

Fernando do Rosário Pena
Madereira e Marcenaria Rominas Ltda
Fernando do Rosário Pena

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | UND | 4 | Banco para vestiário, demensões mínimas 1,50x40cmx 30, madeira de lei/ou nobre, espécies de maior densidade, durabilidade, estabilidade. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. | R$1.100,00 | R$ 4.400,00 |

02.817.825/0001-29
Madeireira e Marcenaria Rominas Ltda
Rodovia Mariana/Samarco Km 520 s/nº
Vamos-Vamos - CEP 35.420.000
Mariana - MG

64.067,87

Fernando do Rosário Pena
Madereira e Marcenaria Rominas Ltda
Fernando do Rosário Pena

**ESTADO DE MINAS GERAIS**
**MUNICIPIO DE MARIANA**
**Gestor do Contrato: MUNICIPIO DE MARIANA**

Praça Juscelino Kubitschek, null - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: /mariana.mg.gov.br/

**SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**
**Nr.: 6260/2026**

| | |
|---|---|
| Processo Administrativo: | N/A |
| Contrato: | Sem termo |
| Nº da Licitação: | null/null |
| Modalidade: | |
| Data da Contratação: | 06/10/2026 |
| Data da Solicitação: | 06/10/2026 |
| Sequencial do Contrato: | 3668 |

**Fornecedor:** **MADEIREIRA E MARCENARIA ROMINAS LTDA**
**CPF/CNPJ:** 02.817.825/0001-29 **Telefone(s):** 3135573577
**Endereço:** RODOVIA MARIANA/SAMARCO KM 520 S/N, , null - 35420-000, MARIANA - MG
**E-mail:**

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100186 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLIC
**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:**
**Local de Entrega:**

CÓPIA

**Objeto da Contratação:** AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO NOVO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MARIANA/MG, COMPREENDENDO ARMÁRIOS INDIVIDUAIS E BANCOS PARA OS VESTIÁRIOS E MESAS E BANCADAS DESTINADAS AO REFEITÓRIO.

**Observações:** AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO NOVO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MARIANA/MG, COMPREENDENDO ARMÁRIOS INDIVIDUAIS E BANCOS PARA OS VESTIÁRIOS E MESAS E BANCADAS DESTINADAS AO REFEITÓRIO.

**Empenho:** 11929/2026
**Despesas:**

**870 - 12.001.06.122.0017.2630.4.4.90.52.00 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SEGPUB**
**Desdobramento :** 4.4.90.52.00.00.00.00
**Recurso :** 1.710.502.3210 - Transferência Especial dos Estados - SIGCOM 4281/2026 - Mobília SEGPUB

| Item | Quantidade | Unid. | Cod. | Especificação do material | Marca | Preço Un. | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 175,000 | Uni | 9971067018 6711 | ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO, MDF, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,60 X 0,40 X 0,40 M - Podendo ser disposto em módulos verticais ou horizontal conforme o espaço disponível. Possuir portas individuais, prateleiras internas, fechadura individual com chave, dobradiças metálicas e acabamento resistente. Fundo em MDF, pés ou base com proteção contra umidade e facilidade de limpeza. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. Produto novo, de uso institucional, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. | | 235,1500 | 41.151,25 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 4,000 | UNID | 9971067018 6712 | ARMÁRIOS PARA COZINHA, MDF OU MDP, TRÊS PORTAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS 1.20, PROFUNDIDADE MÍNIMA 30CM - sendo o acabamento revestido e resistente ao uso contínuo. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 2.325,0000 | 9.300,00 |
| 3 | 1,000 | UNID | 9971067018 6713 | BANCADA PARA COZINHA, 14,00 METROS LINEARES, FORNECIDA EM MÓDULOS. - PODENDO SER COMPOSTA POR UNIDADES DE DIFERENTES comprimentos disponíveis no mercado, desde que o conjunto totalize, no mínimo, 14,00 metros lineares e atenda às especificações técnicas estabelecidas, com tampo em MDF ou MDP, acabamento revestido e resistente ao uso contínuo, com bordas devidamente acabadas. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. Dimensões com profundidade aproximada de 40 cm e altura aproximada de 1,00 m. Fornecimento, montagem e instalação inclusos. | 9.216,6200 | 9.216,62 |
| 4 | 4,000 | UNID | 9971067018 6743 | BANCO PARA VESTIÁRIO, DEMENSÕES MÍNIMAS 1,50X40CMX 30, MADEIRA DE LEI/OU NOBRE - espécies de maior densidade, durabilidade, estabilidade. Estrutura de sustentação resistente e estável, com acabamento adequado, proporcionando segurança, durabilidade e facilidade de limpeza. | 1.100,0000 | 4.400,00 |

| | |
|---|---|
| Total Geral: | 64.067,87 |

Mariana/MG, 06 de Outubro de 2026

**RAMON LEONARDO MAGALHÃES**
Assinatura e Carimbo do Responsável

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

## AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

**SEQUENCIAL DE COMPRA: 3668/26**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO NOVO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MARIANA/MG, COMPREENDENDO ARMÁRIOS INDIVIDUAIS E BANCOS PARA OS VESTIÁRIOS E MESAS E BANCADAS DESTINADAS AO REFEITÓRIO.**

AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO NOVO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MARIANA/MG, COMPREENDENDO ARMÁRIOS INDIVIDUAIS E BANCOS PARA OS VESTIÁRIOS E MESAS E BANCADAS DESTINADAS AO REFEITÓRIO. CNPJ: 02.817.825/0001-29, no valor total de R$ 64.067,87 (Sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos), observados os trâmites legais necessários.

Mariana, 07 de Outubro de 2026

RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620

Assinado de forma digital por RAMON LEONARDO MAGALHAES:10739817620
Dados: 2026.10.07 10:26:57 -03'00'

**Ramon Leonardo Magalhães**

Secretário Municipal de Segurança Pública